



323

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM*(Aprovado por Decreto Presidencial Nº 168/12, Diário da República Nº 141- I Série, de 24 de Julho)**Telefone: 00244236207901email: isuppa2013@hotmail.com***DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS****Acta nº/DCESH/Ano Académico 2024/2025**

Pelas onze horas do dia catorze de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no gabinete do DCESH desta instituição de ensino, uma reunião ordinária do mesmo departamento, com objectivo de analisar o grau de execução da actualização curricular dos cursos. A reunião foi presidida pelo M.Sc. Custódio Malheiro Sozinho, chefe de departamento, ladeado do Ph.D. Júlio César Rosabal García (Vice-presidente Para a Área Académica) e, contou com a presença dos coordenadores e vice-coordenadores de cursos afectos ao mesmo departamento. A reunião teve a seguinte agenda de trabalho aprovada por unanimidade:

- 1- Ponto de situação sobre a actualização curricular;
- 2- Sobre os exames de época normal do I semestre.

No princípio, depois da cordial saudação, o chefe de departamento agradeceu a presença de todos, enalteceu a presença do Dr. Júlio César ao encontro e, anunciou a agenda de trabalho.

No ponto 1, o chefe de Departamento cedeu a palavra aos distintos coordenadores que, ao longo das suas explanações foram recebendo as observações do Dr. Custódio Malheiro Sozinho e do Dr. Júlio César. Os coordenadores Hélder Soares do curso de Direito, David Kicalango João, do curso de Ensino Primário, Lucrécia Bráz, do curso de GAP, Denilson Lunga, do curso de GEC e Yudelkis Ramirez, do curso de Psicologia da Educação apresentaram em linhas gerais o grau de cumprimento da actualização curricular:

- ❖ Actualizou-se o plano de estudo dos cursos, com a necessária redistribuição das unidades curriculares, o reajuste do número de horas lectivas e unidades de créditos. Isso ocorreu baseado no critério do conteúdo programático e da posição que cada uma delas deve tomar nos ciclos de formação dos cursos;
- ❖ Incluiu-se novas unidades curriculares do 1º ao último Ano.
- ❖ Retirou-se algumas unidades curriculares com conteúdos paralelos.
- ❖ Foram actualizadas as bibliografias de todas as unidades curriculares.
- ❖ Alterou-se a designação de algumas unidades curriculares, bem como redefinidos os objectivos e as estratégias das mesmas.

- ❖ Está sendo feito o processo de actualização dos programas analíticos das unidades curriculares.

De seguida, no ponto 2, o chefe de departamento referiu o seguinte:

- Os exames de época normal decorrerão de 27 de Janeiro a 7 de Fevereiro.
- Referiu ainda que os horários devem ser elaborados essa semana e entregues ao colega Salomão Catumbela até ao dia 20 de Janeiro de 2025.
- Aconselhou aos coordenadores dos cursos evitarem indicar professores colaboradores como vigia dos exames. No mesmo momento, apresentou a estratégia que deverá ser utilizada na realização dos exames nas turmas do Sumbe, nos três períodos.
- O chefe de departamento também aconselhou aos coordenadores a solicitarem aos professores, as matrizes dos exames das suas unidades curriculares e, estes devem entregar os exames de época norma, de recurso e especial.
- Os exames devem ser aplicados sem dias intercalados.
- Os exames dos módulos serão aplicados de 27 a 31 de Janeiro.

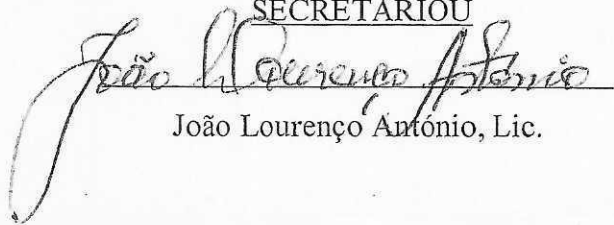
Ao terminar o encontro, as discussões levantadas produziram as seguintes conclusões:

- 1- Os cursos devem ter nos seus planos curriculares, as unidades curriculares de Inglês, Informática e Estágio.
- 2- O Relatório de Extensão Universitária deve figurar no II semestre do último ano de cada curso.
- 3- Os professores dos cursos de Direito e GEC, devem ter números da Ordem dos advogados e dos contabilistas.
- 4- As coordenações dos cursos devem enviar o plano de estudo ao Gabinete do Vice-presidente para Área Académica para a actualização do plano curricular no SIGA.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 13h00 minutos num clima de harmonia da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada será assinada pelo chefe de departamento e pelo professor que a secretariou.

Porto Amboim, 14 de Janeiro de 2025.-

SECRETARIU


João Lourenço António, Lic.


PRESIDIU

//Custódio Malheiro Sozinho, M.Sc. //

LISTA DE PRESENÇA

- 1- Ph.D. Júlio Cesar R. García *Júlio Cesar R. García*
- 2- Mestre Custódio Malheiro Sozinho *Custódio M. Sozinho*
- 3- Mestre Hélder Álvaro Soares *Helder Álvaro Soares*
- 4- Mestre David Kicalango João *David K. João*
- 5- Mestre Yudelkis Ramirez Delgado *Yudelkis Ramirez Delgado*
- 6- Professora Lucrécia Pascoal Domingos Bráz *Lucrécia Bráz*
- 7- Professor Denilson Gonçalves Ricardo Lunga *Denilson Lunga*
- 8- Professor Fernando Magalhães *Fernando Magalhães*
- 9- Professor João Lourenço António *João Lourenço António*

Porto Amboim, 14 de Janeiro de 2025.-



3.2.3

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM- ISUP
(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série, de 24 de Julho)

ACTA N° 4/2023

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e quinze minutos, na sala número dez do Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim (ISUP), esteve reunido o seu conselho científico em sessão extraordinária, sob presidência do Vice-Presidente para os Assunto Científicos e Pós-graduação, Phd, António Gaspar Domingos, coma seguinte ordem de serviço:

1. Informação;
2. Apresentação, Análise e aprovação dos conteúdos programáticos a serem alterados;
3. Diversos.

Primeiro ponto

Apresentou-se as dificuldades que os departamentos encontram na gestão dos conteúdos programado e mesmo em alguns programas que já não se ajustam a realidade científica actual e a existência de conteúdos repetido em algumas Unidades Curriculares (UC) do mesmo curso tendo havido a necessidade de se fazer algumas alterações a luz da legislação. Onde a coordenadora da comissão de avaliação da instituição enfatizou até que ponto se podem alterar os conteúdos programáticos e se podem trocar as UC de um semestre para o outro.

Segundo Ponto

Conforme estava previsto, os Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação apresentaram as alterações e ou adequações feitas nos programas dos diferentes planos curriculares, pelo que depois da discussão dos mesmo foram submetidos a aprovação.

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três foram aprovadas por unanimidade as alterações e adequações dos conteúdos curriculares dos seguintes Curso: Ensino Primário, Licenciatura em Psicologia da Educação, Licenciatura em Direito, Licenciatura em Enfermagem, Licenciatura em Gestão de Administração Pública, Licenciatura em Gestão de Empresas e Contabilidade, Engenharia de construção Civil com as suas quatro saídas, Engenharia Informática, Engenharia de Telecomunicações e



3.2.3

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM- ISUP
(Aprovado por Decreto Presidencial Nº 168/12, Diário da República Nº141- I Série, de 24 de Julho)

ACTA Nº 4/2023

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e quinze minutos, na sala número dez do Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim (ISUP), esteve reunido o seu conselho científico em sessão extraordinária, sob presidência do Vice-Presidente para os Assunto Científicos e Pós-graduação, Phd, António Gaspar Domingos, coma seguinte ordem de serviço:

1. Informação;
2. Apresentação, Análise e aprovação dos conteúdos programáticos a serem alterados;
3. Diversos.

Primeiro ponto

Apresentou-se as dificuldades que os departamentos encontram na gestão dos conteúdos programado e mesmo em alguns programas que já não se ajustam a realidade científica actual e a existência de conteúdos repetido em algumas Unidades Curriculares (UC) do mesmo curso tendo havido a necessidade de se fazer algumas alterações a luz da legislação. Onde a coordenadora da comissão de avaliação da instituição enfatizou até que ponto se podem alterar os conteúdos programáticos e se podem trocar as UC de um semestre para o outro.

Segundo Ponto

Conforme estava previsto, os Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação apresentaram as alterações e ou adequações feitas nos programas dos diferentes planos curriculares, pelo que depois da discussão dos mesmo foram submetidos a aprovação.

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três foram aprovadas por unanimidade as alterações e adequações dos conteúdos curriculares dos seguintes Curso: Ensino Primário, Licenciatura em Psicologia da Educação, Licenciatura em Direito, Licenciatura em Enfermagem, Licenciatura em Gestão de Administração Pública, Licenciatura em Gestão de Empresas e Contabilidade, Engenharia de construção Civil com as suas quatro saídas, Engenharia Informática, Engenharia de Telecomunicações e



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial Nº 168/12, Diário da República Nº 141- I Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901email: isuppa2013@hotmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Acta nº...../DCESH/Ano Académico 2024/2025

Pelas onze horas do dia catorze de Janeiro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no gabinete do DCESH desta instituição de ensino, uma reunião ordinária do mesmo departamento, com objectivo de analisar o grau de execução da actualização curricular dos cursos. A reunião foi presidida pelo M.Sc. Custódio Malheiro Sozinho, chefe de departamento, ladeado do Ph.D. Júlio César Rosabal García (Vice-presidente Para a Área Académica) e, contou com a presença dos coordenadores e vice-coordenadores de cursos afectos ao mesmo departamento. A reunião teve a seguinte agenda de trabalho aprovada por unanimidade:

- 1- Ponto de situação sobre a actualização curricular;
- 2- Sobre os exames de época normal do I semestre.

No princípio, depois da cordial saudação, o chefe de departamento agradeceu a presença de todos, enalteceu a presença do Dr. Júlio César ao encontro e, anunciou a agenda de trabalho.

No ponto 1, o chefe de Departamento cedeu a palavra aos distintos coordenadores que, ao longo das suas explanações foram recebendo as observações do Dr. Custódio Malheiro Sozinho e do Dr. Júlio César. Os coordenadores Hélder Soares do curso de Direito, David Kicalango João, do curso de Ensino Primário, Lucrécia Bráz, do curso de GAP, Denilson Lunga, do curso de GEC e Yudelkis Ramirez, do curso de Psicologia da Educação apresentaram em linhas gerais o grau de cumprimento da actualização curricular:

- ❖ Actualizou-se o plano de estudo dos cursos, com a necessária redistribuição das unidades curriculares, o reajuste do número de horas lectivas e unidades de créditos. Isso ocorreu baseado no critério do conteúdo programático e da posição que cada uma delas deve tomar nos ciclos de formação dos cursos;
- ❖ Incluiu-se novas unidades curriculares do 1º ao último Ano.
- ❖ Retirou-se algumas unidades curriculares com conteúdos paralelos.
- ❖ Foram actualizadas as bibliografias de todas as unidades curriculares.
- ❖ Alterou-se a designação de algumas unidades curriculares, bem como redefinidos os objectivos e as estratégias das mesmas.

- ❖ Está sendo feito o processo de actualização dos programas analíticos das unidades curriculares.

De seguida, no ponto 2, o chefe de departamento referiu o seguinte:

- Os exames de época normal decorrerão de 27 de Janeiro a 7 de Fevereiro.
- Referiu ainda que os horários devem ser elaborados essa semana e entregues ao colega Salomão Catumbela até ao dia 20 de Janeiro de 2025.
- Aconselhou aos coordenadores dos cursos evitarem indicar professores colaboradores como vigia dos exames. No mesmo momento, apresentou a estratégia que deverá ser utilizada na realização dos exames nas turmas do Sumbe, nos três períodos.
- O chefe de departamento também aconselhou aos coordenadores a solicitarem aos professores, as matrizes dos exames das suas unidades curriculares e, estes devem entregar os exames de época norma, de recurso e especial.
- Os exames devem ser aplicados sem dias intercalados.
- Os exames dos módulos serão aplicados de 27 a 31 de Janeiro.

Ao terminar o encontro, as discussões levantadas produziram as seguintes conclusões:

- 1- Os cursos devem ter nos seus planos curriculares, as unidades curriculares de Inglês, Informática e Estágio.
- 2- O Relatório de Extensão Universitária deve figurar no II semestre do último ano de cada curso.
- 3- Os professores dos cursos de Direito e GEC, devem ter números da Ordem dos advogados e dos contabilistas.
- 4- As coordenações dos cursos devem enviar o plano de estudo ao Gabinete do Vice-presidente para Área Académica para a actualização do plano curricular no SIGA.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 13h00 minutos num clima de harmonia da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada será assinada pelo chefe de departamento e pelo professor que a secretariou.

Porto Amboim, 14 de Janeiro de 2025.-

SECRETARIU

João Lourenço António
João Lourenço António, Lic.



//Custódio Malheiro Sozinho, M.Sc. //



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM- ISUP

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série, de 24 de Julho)

ACTA N° 4/2023

Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e quinze minutos, na sala número dez do Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim (ISUP), esteve reunido o seu conselho científico em sessão extraordinária, sob presidência do Vice-Presidente para os Assunto Científicos e Pós-graduação, Phd, António Gaspar Domingos, coma seguinte ordem de serviço:

1. Informação;
2. Apresentação, Análise e aprovação dos conteúdos programáticos a serem alterados;
3. Diversos.

Primeiro ponto

Apresentou-se as dificuldades que os departamentos encontram na gestão dos conteúdos programado e mesmo em alguns programas que já não se ajustam a realidade científica actual e a existência de conteúdos repetido em algumas Unidades Curriculares (UC) do mesmo curso tendo havido a necessidade de se fazer algumas alterações a luz da legislação. Onde a coordenadora da comissão de avaliação da instituição enfatizou até que ponto se podem alterar os conteúdos programáticos e se podem trocar as UC de um semestre para o outro.

Segundo Ponto

Conforme estava previsto, os Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação apresentaram as alterações e ou adequações feitas nos programas dos diferentes planos curriculares, pelo que depois da discussão dos mesmo foram submetidos a aprovação.

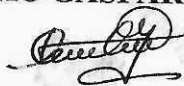
Aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e três foram aprovadas por unanimidade as alterações e adequações dos conteúdos curriculares dos seguintes Curso: Ensino Primário, Licenciatura em Psicologia da Educação, Licenciatura em Direito, Licenciatura em Enfermagem, Licenciatura em Gestão de Administração Pública, Licenciatura em Gestão de Empresas e Contabilidade, Engenharia de construção Civil com as suas quatro saídas, Engenharia Informática, Engenharia de Telecomunicações e

Engenharia Eletrónica. Ficou recomendado que cada departamento apresentasse dentro de cinco dias a versão final do texto, produto das discussões realizada da referida sessão.

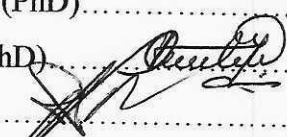
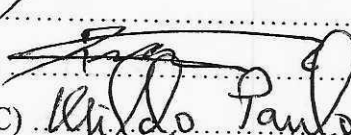
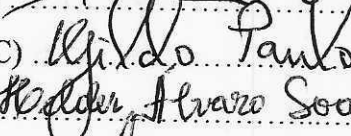
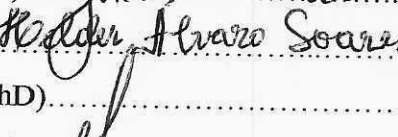
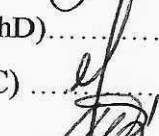
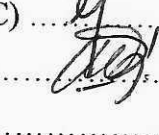
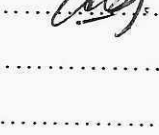
Não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a Sessão de trabalho, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, sendo lavrada a presente acta que vai assinada pelo Presidente e todos os membros presentes.

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM, AOS 21 DE NOVEMBRO DE 2023

ANTÓNIO GASPAR DOMINGOS



OS MEMBROS DO CONSELHO CIENTÍFICO

1. António M. Moreno Quitério (PhD).....
2. António Gaspar Domingos (PhD).....
3. Custódio Sozinho (MsC).....
4. Eládio Z. Mendes Fina(MsC).....
5. Feliz Gamboa Romero(MsC).....
6. Gildo Lopes Bento Paulo(MsC).....
7. Helder Álvaro Soares(MsC).....
8. Júlio César Rosabal García (PhD).....
9. Letícia Herreira Inglesias(MsC).....
10. Margarita Diaz Lemus(MsC).....
11. Milagros Salfran(MsC).....
12. Regla C. Zuazo Garcia(MsC).....



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série, de 24 de Julho)

Cartão de contribuinte: 5417193178

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Acta da primeira reunião do departamento de ciências económicas, sociais e humanas

No dia 06 de Outubro de 2023, teve lugar numa das salas do ISUP Porto Amboim encontro metodológico com os professores do departamento de ciências económicas, sociais e humanas com o objectivo de apurar sobre **actualização de conteúdos Repetidos nas disciplinas e actualização das bibliografias**

Presidiu a reunião o chefe do departamento MSc Custódio Malheiro Sozinho.

Nesta reunião estiveram presentes, os professores do departamento, o encontro teve a seguinte ordem de trabalho:

O Chef de departameto MSC Custódio Malheiro Sozinho abriu a reunião , em seguida passou a palavra a MSc Hélder Álvaro Soáres, para que fale sobre algumas disciplinas, enquanto coordenador do curso e apresentou o documento de identificação de conteúdos repetidos nas disciplinas do curso de licenciatura em Gestão Empresarial e Contabilidade, Direito e Gestão e Administração Pública ver anexo.

1. Actualização das Bibliografias

Neste ponto os professores entregaram de forma digital a actualização as bibliografias por curso para posteriormente apresentar ao conselho científico da Instituição.

Foi actualizada as bibliografias do curso de Direito, Gestão e Administração Pública, Gestão Empresarial e Contabilidade, Ensino Primário e Psicologia da Educação tanto digital e físico.

Porto Amboim, 06 de Outubro de 2023

O Secretário

Arcádio Alberto Cambambi



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N.º 168/12, Diário da República N.º 141-1 Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901 email: isppa2013@hotmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

Assunto: Relatório Sobre a Proposta de Actualização Curricular dos Cursos Afectos ao DCESH

O presente relatório descreve em linhas gerais, a actualização ou alterações menos profundas feitas aos currículos dos cursos de Licenciatura afectos ao Departamento de Ciências Económicas, Sociais e Humanas, nomeadamente: Direito; Ensino Primário; Gestão e Administração Pública; Gestão Empresarial e Contabilidade e Psicologia da Educação.

1- CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

1.1- Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

1.º ANO

► DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA

Conteúdo Programático Antigo

Parte I - Teoria do Estado

I. Elementos e formas de Estado

II. Fins, actividades, instituições e actos

do Estado na Constituição

III. Sistema de Governo

Parte II - Teoria da Constituição

I. O estatuto do poder político

II. A história constitucional

III. O poder constituinte

IV. As mutações constitucionais

V. Princípios, regras e a sua força jurídica

Parte III - Ordem Jurídica e Sistema Normativo

I. Teoria da Lei

I. Conceito de lei na ordem jurídicoconstitucional

II. Valor, Forma e Força de Lei

III. Princípios estruturantes das relações inter-legislativas

IV. Categorias de actos legislativos

V. Procedimento legislativo: leis e decretos-leis

2. Controlo de constitucionalidade

I. Natureza e objecto.

II. Processos de controlo de constitucionalidade.

Conteúdo Programático Actual

Unidade-I: Breves conhecimentos sobre Ciencia Política e de Direito Constitucional.

Unidade II- Introdução a teoria geral do Estado

Unidade-III: O constitucionalismo e a origem da constituição

Unidade- IV: Os sistemas constitucionais

Unidade -V: Os Regimes Políticos

Unidade -VI: Os sistemas de partidos políticos e os grupos de interesses e grupos de pressão

Unidade- VII: O direito eleitoral e sistemas eleitorais

Unidade-VIII:Ordem constitucional, organização do poder político e sistema jurisdicional angolano.

Unidade-IX: Natureza, estrutura e função da constituição angolana

Unidade-X: O poder local na CRA: os princípios fundamentais

Unidade- XI : A concretização do desígnio constitucional

Unidade- XII: Direitos fundamentais e direitos universais

Unidade -XIII: O papel dos tribunais na protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Unidade -XIV: A garantia jurisdicional de inconstitucionalidade

BIBLIOGRAFIA

Miranda, Jorge , Manuel de direito constitucional,tomos; I, II, III, IV, V e VI .

Carnotilho,J,J.Gomes, direito constitucional e da teoria da constituição

CRA de 2010

Santos,onofre Martins dos, o município na constituição angolana,2013

Correia,Aderito e Sousa,Bornito, Angola historia constitucional.

Pinto,Ricardo Leite, Correia ,jose de Matos e Seara,Fernando Roboredo,ciencias politicas e direito constitucional,2009.

Machado, Jónatas e Costa, direito constitucional angolana, 2011.

► INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Conteúdo Programático Antigo

Parte I – Introdução ao Estudo do Direito

I. A ordem jurídica

II. Caracterização das ciências que estudam o Direito

Parte II – Teoria geral do direito

I. A solução do caso por vias não normativas

II. Fontes do direito

III. Sistemática jurídica

IV. A regra jurídica

V. A determinação e aplicação das regras.

Conteúdo Programático Actual

PROGRAMA TEMÁTICO:

Unidade I – Preliminares

Conteúdo Programático da Unidade:

1. O carácter social do homem
2. A sociedade e as ordens normativas
 - 2.1.A Ordem religiosa
 - 2.2.A Ordem Moral
 - 2.3.Ordem do Trato Social
 - 2.4.Ordem jurídica

Unidade II – A ordem jurídica

Conteúdo Programático da Unidade:

- Direitos subjectivos
- Noção
- Natureza
- Modalidades
- Classificação
- Figuras afins do Direito subjectivo
- Direito subjectivo público

Natureza

Unidade III – Os fins do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

- 3.1 Introdução
- 3.2 A Justiça
 - 3.2.1. Modalidades
 - 3.2.2. Elementos lógicos
 - 3.2.3. Características

3.2.4. Função da Equidade

3.3 A Segurança jurídica

3.4 Relação entre a justiça e a segurança jurídica

Unidade IV – Nação, Estado e Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

4.1. Nação

4.2. Estado, noção origem e estrutura

4.2.1. Funções

4.3. Estado e Direito

4.4. Estado de Direito

Unidade V – O Direito Natural versus Direito positivo

Conteúdo Programático da Unidade:

5.1. Considerações gerais

5.2. Concepções

5.3. Críticas

5.4. A solução positivista

5.5. Positivismo jurídico

5.5.1. Considerações gerais

5.5.1. Concepções

5.5.2. Críticas, novas soluções

5.5.3. Positivismo contemporâneo

PARTE SEGUNDA

Unidade I – Os grandes sistemas jurídicos

Conteúdo Programático da Unidade:

1.1. O sistema de direito continental ou romano-germânico

1.1.1. Caracterização

1.1.2. Extensão

1.1.3. O sistema anglo-saxónico ou de common law

Unidade II – A Ciência jurídica e a metodologia do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

2.1. O Direito como ciência

2.2. O método da ciência jurídica

2.3. Noção de método

2.4. Orientações metodológicas ao longo da história

2.5. Solução adoptada: o método crítico

Unidade III – A Norma Jurídica e Sanções

Conteúdo Programático da Unidade:

3.1. Introdução

3.2. Noção

3.3. Estrutura

3.4. Características

3.5. Classificação

3.5.1. Quanto a sua relação com a vontade dos seus destinatários

3.5.2. Quanto ao âmbito de validade espacial

3.5.3. Em relação ao âmbito pessoal de validade

3.5.4. Quanto a plenitude do seu sentido

3.5.5. Quanto a sanção que aplica

3.6. As sanções jurídicas

3.6.7. Noção

3.6.8. Espécies de sanções jurídicas

- Sanções reconstitutivas
- Sanções compensatórias
- Sanções compulsórias
- Sanções punitivas
- Sanções preventivas

Unidade IV – A tutela jurídica

Conteúdo Programático da Unidade:

4.1. Introdução

4.2. A tutela pública

4.3. Noção

4.4. Modalidades

4.5. O aparelho estadual de coacção

4.6.1. A Tutela privada

4.7.2. Noção

4.8.3. Modalidades

Unidade V– As fontes do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

1. Introdução
2. Conceito de Fonte de Direito
3. Considerações gerais sobre a noção de fonte de Direito

4. Conceito técnico-jurídico de fonte de Direito
5. Relação entre as fontes do Direito interno e do Direito internacional
6. Duas teorias: o monismo e o dualismo
7. A questão na ordem jurídica Angolana
8. Classificação

UNIDADE IX – Os ramos do Direito

Conteúdo Programático da Unidade:

Introdução

- Direito Público e Direito Privado
- Critérios de distinção
- Critério adoptado

Ramos do Direito Privado

Ramos do Direito Publico

Direito Internacional Privado

Bibliografia

Bibliografia básica:

Justo, A. Santos, *Introdução ao Estudo do Direito*, 6ª ed, Coimbra Editora, Coimbra, 2012

Bibliografia Complementar:

- Tadeu, W. (2010). *Guia do estudante de Direito*. Lobito: Escolar Editora.
- Pereira, A. P. (2013). *Princípios Gerais de Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Amaral, D. F. (2010). *Manual de Introdução ao Direito*. Coimbra; Almedina.
- Ascensão, J. O. (2005). *O Direito / Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M. (2012) *Tratado de Direito Civil I 4*. Coimbra; Almedina.
- Engisch, K. (2008). *Introdução ao Pensamento Jurídico* (trad. port., 10) Lisboa: Fundação Calouste.
- Outros.

Outros Documentos:

Código Civil Angolano

Constituição da República de Angola

► **FILOSOFIA DO DIREITO**

Conteúdo Programático Antigo

1. Introdução

I. Essência, conteúdo e posição sistemática da filosofia do direito.

II. Filosofia do direito, teoria do direito e dogmática jurídica.

2. A questão do direito natural e do positivismo na história da filosofia do direito.

I. Introdução.

II. Pensamento jurídico grego.

III. Pensamento jurídico romano

IV. Pensamento jurídico medieval.

V. Pensamento jurídico moderno.

VI. Pensamento jurídico contemporâneo.

3. Preocupações actuais:

I. Posição do direito perante a economia num mundo global.

II. Cidadania universalista versus cidadania diferenciada.

III. O homem na sociedade de risco.

IV. O homem na sociedade em rede.

V. As funções do Estado na era da globalização – um Estado transnacional.

VI. O poder económico e o controlo da informação – a feudalização da informação.

VII. O terrorismo – o mal no pensamento moderno.

VIII. A tutela da dignidade da pessoa humana versus a protecção de valores económicos no ordenamento jurídico vigente.

IX. O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal.

X. Crítica ao pensamento político na época pós-moderna – que caminho?

XI. Revolução tecnológica e comunicacional - a postinternacionalização.

XII. O mundo Pós-Americano.

Conteúdo Programático Actual

III- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Unidade I- FILOSOFIA DO DIREITO E DOGMÁTICA JURÍDICA

Objectivos Específicos:

1. Oferecer aos estudantes a conceitualização da Filosofia do Direito e da dogmática jurídica;
2. Oferecer o conhecimento sobre a Filosofia e Epistemologia.

TEMAS:

1. Filosofia do Direito

1.1 Filosofia do Direito na antiguidade

1.2 Filosofia do Direito na idade média

1.3 Filosofia do Direito na idade moderna

2. Filosofia e Teoria do Direito

2.1 Essência da Filosofia do Direito

- 2.2 Filosofia do Direito e teoria pura do Direito
- 2.3 Filosofia do Direito e fundamento do Direito

3. A dogmática Jurídica

- 3.1 A teoria da argumentação jurídica
- 3.2 A teoria funcionalista do Direito

Unidade 2- DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO

Objectivos específicos:

- 1. Analisar a hierarquia entre o Direito Natural e o Direito Positivo;
- 2. Contribuir para a compreensão da importância do Direito Natural na busca da justiça;

TEMAS:

- 1. O Direito Positivo
 - 1.1 O positivismo juscientífico
 - 1.2 O positivismo legalista
 - 1.3 Do positivismo ao neopositivismo
 - 1.4 Hierarquia das normas do Direito Positivo
- 2. O Direito Natural
 - 2.1 Direito Natural anterior ao Direito Positivo
 - 2.2 A imutabilidade do Direito Natural
 - 2.3 Hierarquia das normas do Direito Natural
- 3. O Direito Natural e o problema da axiologia do Direito
 - 3.1 A subordinação do Direito Natural à natureza das coisas
 - 3.2 O Direito Natural assente no valor

Unidade 3 – A JUSTIÇA E SEGURANÇA JURÍDICA

TEMAS:

- 1. A justiça no pensamento de alguns autores: análise na perspectiva valorativa
 - 1.1 Ulpiano
 - 1.2 Cícero
 - 1.3 S.Tomás de Aquino
- 2. A concepção de justiça
 - 2.1 Justiça Comutativa
 - 2.2 Justiça Distributiva
- 3. Justiça como estabilidade do Direito
 - 3.1 Elementos da Segurança jurídica
 - 3.2 A exequibilidade e a política do Direito

3.3 A lei justa como garantia da segurança do Direito

Unidade 4- A JUSTIFICAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DAS NORMAS

Objectivos específicos:

1. Oferecer maior ferramenta para uma percepção sobre o carácter da obrigatoriedade das normas do ponto de vista formal e empírico;
2. Oferecer o conhecimento sobre a validade do direito na perspectiva hodierna.

TEMAS:

1. VALIDADE DO DIREITO

1.1 Validade Formal

1.2 Validade Social

1.3 Validade do Direito e obrigatoriedade das normas

2. A Justificação das normas

2.1 O Conteúdo valorativo da norma

2.2 Juízos normativos subordinativos à racionalidade

Unidade 5- A FILOSOFIA DO DIREITO NA SOCIEDADE PLURALISTA

Objectivos específicos:

1. Dotar os estudantes de ferramenta epistemológica em matéria da tolerância numa sociedade democrática e pluralista.
2. Oferecer os estudantes o debate académico sobre a bioética num mundo com uma certa evolução tecnológica.

TEMAS:

1. Pluralismo na sociedade moderna

1.1 O Princípio da tolerância

1.2 O princípio da mediação

2. Limites da tolerância

2.1 Verdade e Liberdade

2.2 Auto-responsabilidade

3. A bioética e o Estado pluralista

3.1 Sociedade de risco?

3.2 Fundamento da bioética

VI. BIBLIOGRAFIA

Barberis Mauro, Breve Storia della Filosofia del Diritto, Il Mulino, Bologna, 2024

DA CUNHA PAULO FERREIRA, lições preliminares de Filosofia do Direito, 3ª ed.

Almedina, Coimbra

HERVADA Javier, Lições propedéuticas de Filosofia do Direito, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2008

KAUFMANN artur, Filosofia do Direito, 3ªed.; Fundação Calouste Gulbknian, Lisboa, 2008.

KELSEN Hans, A Justiça e o Direito Natural, Almedina, Coimbra, 2009.

MARTÍNEZ Soares, Filosofia do Direito, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2003.

RESWEBER Jean-Paul, A Filosofia dos Valores, Almedina, Coimbra 2002

► LATIM

Conteúdo Programático Antigo

I. A origem do Latim e suas fases

II. Alfabeto latino

III. A quantidade

IV. A pronúncia

V. Características morfossintáticas

(língua analítica x língua sintética)

VI. Artigos

VII. Desinência, flexão, caso e declinação

VIII. Sintaxe dos casos

IX. As preposições

X. Género e número

XI. Categorias gramaticais

XII. A sistematização e a conjugação vocabular na frase e no contexto

XIII. As declinações

XIV. Tempos verbais

XV. Pronomes

XVI. Nomes romanos

XVII. Numerais

XVIII. A importância cultural do latim e a sua função nobre no direito, especificamente no discurso jurídico e no conhecimento da génese do direito angolano.

Conteúdo Programático Actual

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

UNIDADE I – MORFOSINTAXE E FONÉTICA

Objectivos específicos:

- ☐ Identificar a pronúncia das letras e palavras
- ☐ Identificar as classes das palavras
- ☐ Compreender as regras do funcionamento da língua

TEMAS:

1. Notas sobre a fonética latina
 - 1.1 O Alfabeto latino e sua pronúncia
 - 1.2 Quantidade vocálica e acento tónico
2. O Sistema Verbal
 - 2.1 Características da flexão verbal.
 - 2.2 As quatro conjugações
 - 2.3 O verbo Sum e o Verbo possum
 - 2.4 Formas nominais do Verbo
3. O sistema nominal
 - 3.1 Declinação dos Substantivos em suas clássicas: 5 declinações
 - 3.2 Declinação dos adjectivos da 1ª e 2ª classe
 - 3.3 Declinação de alguns pronomes e numerais
4. Casos especiais de morfosintaxe
 - 4.1 . Ablativo absoluto, de lugar donde , o acusativo de para onde
 - 4.2. O ablativo absoluto, o caso locativo
 - 4.3 Graus de adjectivos e de alguns advérbios
5. Particularidades sobre a sintaxe
 - 5.1. Frase Afirmativa, negativa e interrogativa
 - 5.2 Principais funções sintáticas
 - 5.3. Orações coordenadas e subordinadas
 - 5.4 O sujeito da Oração infinitiva
6. Particularidades sobre os brocardos jurídicos
 - 6.1 A origem dos Bracardos jurídicos
 - 6.2 A Importância e a aplicação dos brocardos

UNIDADE II-TRADUÇÃO

Objectivos específicos:

- ☐ Traduzir textos e frases latinas, especialmente de âmbito jurídico
- ☐ Aplicar aos textos as regras do funcionamento da Língua
- ☐ Enriquecer o léxico e aprofundar as regras da sintaxe

TEMAS:

1. Textos latinos

- 1.1 Roma in Alia
- 1.2 Servi
- 1.3 Daedalus
- 1.4 Equus Trojanus
- 1.5 Dei Romani
- 1.6 De senatu et magistratibus et populo
- 1.7 De Romanorum indole
- 2 . Sentenças latinas
- 2.1. Várias sentenças latinas, dispostas em ordem alfabética

BIBLIOGRAFIA

- ALMENDRA, M.A., Publius et Terrentia, Latim 10ºAno. Coimbra 1989
- ALMENDRA, M.A., Iinitium latim 11º Ano, Coimbra 1989.
- GOMES FERREIRA, A., Dicionário de Latim-Português, Porto Editora, Porto 1999
- ANTÓNIO DE SOUSA, F., Dicionário latino português, Porto 1984.
- CARRILHO, F. Dicionário de Latim jurídico, Coimbra 2026
- STOCK, L., Conjugação dos verbos latinos, Ed. Presença, Lisboa 2000.
- FREIRE, A., Gramática Latina, Braga 1983

► HISTÓRIA DO DIREITO ROMANO E DAS INSTITUIÇÕES

Conteúdo Programático Antigo

Parte I

- I. Primeiro período: roma do rex e das gentes (753 a.c. – 509 a.c.)
- II. Segundo período: transição:
monarquia/república (509 a.c. a 367 a.c.)
- III. Terceiro período: o populus romanus e a res publica (367 a.c. – 27 a.c.)
- IV. Quarto período: o princeps como primus inter pares (27 a.c.- 285)
- V. Quinto período: o princeps como rex no império único (285- 395)

Parte II – conteúdos temáticos

I. As fontes de direito romano

Capítulo I – a noção de “fontes de direito romano”

Capítulo II – as fontes de criação do direito romano

II. A aplicação do direito romano

III. Os binómios fundamentais

IV. Direito romano vulgar, direito romano justinianeu e tradição romanista

V. A interpretação das regras jurídicas

VI. História das instituições

Unidade-I

ELEMENTOS DE HISTORIA DO DIREITO ROMANO

(Formas político- institucionais e fontes do direito)

1. ÉPOCA ARCAICA

1.1. Nascimento de Roma

1.2. As fontes do Ius quiritium

2. ÉPOCA REPUBLICANA OU PRÉ-CLASSICA

2.1. Nascimento da Republica e da democracia romana

2.2. A revolta plebeia e as novas fontes do direito

2.3. As magistraturas republicanas

2.4. As fontes do Ius civile na época republicana

2.5. O eclipse dos pontífices. O Ius : da religião a política

2.6. O direito pretório (ius honorarium e ius gentium)

2.7. Os alicerces da ciência do direito

2.8. Organização do domínio romano na Itália e no Mediterrânea

3. ÉPOCA CLÁSSICA OU DO PRINCIPADO

3.1. Crise da República

3.2. Octávio e o nascimento do principado

3.3. O império: novos órgãos da administração central

3.4. Novas fontes do direito: o Ius respondendi e as constitutiones

4. ÉPOCA PÓS-CLÁSSICA

4.1. Instauração da monarquia absoluta ou Dominatio

4.2. Novos órgão de governo

4.3. Lex , Iura e Jurisprudência

4.4. Divisão do império em pars orientis e pars occidentis

4.5. Compilações privadas e públicas de constituições

4.6. Queda do império romano do ocidente. As leis romano-barbaras

4.7. Romanidade e mundo germânico.

5. ÉPOCA REPUBLICANA OU PRÉ-CLÁSSICA

5.1. O imperador Justinianeia

5.2. Aa compilações de Justiniano: novas fontes do direito.

Objectivos:

a) Conhecer a evolução histórica da Ciência do Direito.

b) Conhecer a relação que existe entre as instituições políticas e as jurídicas

Unidade- II

ALGUMAS INSTITUIÇÕES DE DIREITO PRIVADO

(Estudo introdutório e selecto)

1. CONCEITO DE PESSOA NO DIREITO ROMANO

1.1. Os sujeitos de direito

1.2. A pessoa física e as suas vicissitudes

1.3. A pessoa jurídica.

2. O NEGÓCIO JURÍDICO NO DIREITO ROMANO

2.1. O formalismo negocial em Roma

2.2. Os elementos do negócio jurídico: essências e acidentais

2.3. A invalidade do negócio jurídico: anomalia no processo de formação da vontade

3. A UNIÃO MATRIMONIAL E A RELAÇÃO FAMILIAR

3.1. O matrimónio e a família

3.2. A filiação e o poder paternal

4. AS COISAS E AS SUAS CLASSIFICAÇÕES

4.1. Res in património e res extra patrimonium

4.2. Distinção das coisas patrimoniais (res in commercio)

5. OS DIREITOS REIAS (GENERALIDADES)

5.1. O direito de propriedade

5.2. As acções a favor da propriedade

6. AS OBRIGAÇÕES

6.1. Definição de obligatio

6.2. Fontes e categorias de obrigações

6.3. Modo de extinção das obrigações

7. AS OBRIGAÇÕES EX CONTRACTU E OS CONTRATOS NO DIREITO ROMANO.

7.1. O sistema contratual romano

7.2. Categoria de contrato no direito

7.3. Obrigações derivada de contratos atípicos

8. AS SUCESSÕES

8.1. A sucessão na concepção romana

8.2 Os elementos da hereditas romana

8.3. Formas de Testamento

8.4. A sucessão ab intestato.

8.5. Aquisição da herança e a tutela judiciária do herdeiro

9. TUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS: O PROCESSO CÍVEL ROMANO

9.1. Direito e acção

9.2. As legis actiones

9.3. O processo formular ou por concepta verba

9.4. A cognitio extra ordinem.

BIBLIOGRAFIA

Fotografias seleccionadas do livro de Max Kaser , Direito Romano Privado, fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2011.

Complementar

A.A., ISTITUZIONI di Diritto Romano, ed 5 serie: Manuali giuridici, Simone, Napoli 2001.

VINCENZO ARANGIO-Ruiz, Istituzioni di Diritto Romano, ed 14ª, Jovene, N+apoles 2006.

ALDO SCHIAVONE (a cura di), Storia del Diritto Romano, ed. 2ª, Giappichelli, Torino 2001.

FRANCESCO CALASSO, Medio Evo del Diritto. I – Le Fonti, Giuffrè, Milano 1954.

► EXPRESSÃO ESCRITA E ORAL I

Conteúdo Programático Antigo

1. Comunicação em língua portuguesa –situações de comunicação
2. O funcionamento da língua
3. Escrita para apropriação de técnicas e modelos diversificados
4. Técnicas de redacção de textos utilitários
5. Tipos de textos e intenções comunicativas
6. Descodificação do raciocínio lógico
7. Descodificação e elaboração do discurso
8. Texto expositivo e /ou argumentativo

1. COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- 1.1. Comunicação, Língua e Linguagem
- 1.2. Situações / contextos de comunicação
- 1.3. A oralidade e a escrita
 - 1.2.1 Regras das exposições orais
 - 1.2.2. Regras das exposições escritas
 - 1.2.3. As formas de tratamento (formal, informal e reverente)

2. REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA E MELHORAMENTO DA COMPREENSÃO E DA EXPRESSÃO ORAL ESCRITA E ORAL

- 2.1 – Ortografia - Sinais auxiliares da escrita

- Uso de letra maiúscula inicial
- Sílabas e palavras (sílabas tônicas e átonas)
- Divisão silábica e translineação
- Regras de acentuação gráfica
- Pontuação

2.2 - Morfologia

Classe de palavras variáveis e Invariáveis

- Substantivos e adjetivos
- Pronomes e determinantes
- Verbos e advérbios
- Verbos e preposições
- Conjunções
- Interjeições
- Numerais

2.2.3 - Sintaxe

- Tipos de frases
- Frase e oração
- Frases simples e frases compostas
- Elementos fundamentais da frase
- Processo de concordância dos elementos da frase
- Conexão entre as partes do discurso
- Orações coordenadas e orações subordinadas

2.2.4 - Léxicologia

- Campo lexical
- Família de palavras
- Palavras primitivas e palavras derivadas
- Palavras simples e palavras compostas
- Formas de alargamento do Léxico
- Dicionário e entrada lexical

2.2.5 - Semântica

- Polissemia
- Denotação e conotação
- Relações semânticas entre as palavras
- Conectores do discurso
- Valores especiais dos tempos e modos verbais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Azeredo, M. Olga, Pinto, M. & Lopes, M. Carmo (2009). *Da Comunicação à Expressão – Gramática de Português*, Lisboa: Lisboa Editora;
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).
- Das Neves, M. A. C. (2010). *Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Miguel, Maria Helena, *Convergências* (s/d). Manual Universitário de Português. Luanda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Bergström, Magnus (2004). *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias (47ª edição).
- Campbell, John (1993). *Técnicas de Expressão Oral*. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição).
- Carvalho, J. A. B. (1999). *O ensino da escrita – da teoria às práticas pedagógicas*.
- Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). *Atual – O novo acordo ortográfico*. Lisboa: Texto Editora (2ª edição).
- Duarte, Inês (2000). *Língua Portuguesa - Instrumento de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, Inês. (2007). *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Estrela, Edite & Pinto-Correia, J. David (2001). *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. Lisboa: Editorial Notícias (5ª edição).
- Freire, António (1996). *Técnicas de Expressão do Português*. Braga: Edições APPACDM.
- Gomes, Álvaro. (2009). *Gramática Pedagógica e Cultural da Língua Portuguesa*. Porto, Edições Flumen/Porto Editora.
- Monteiro, Deolinda, & Pessoa, Beatriz (1999). *Guia Prático dos Verbos Portugueses*. Lisboa: Lidel. Laranjeira;
- Pires (1996). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta;
- Moura, José de Almeida. (2003). *Gramática do português actual*. Lisboa, Lisboa Editora.
- Oliveira, Maria Manuel (2005). *Fábrica do Texto – Guia para a produção de diferentes tipos de textos*. Cascais: Arte Plural Editores.
- Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida (orgs.). (2004). *Da língua e do discurso*. Porto, Campo de letras.
- Pinto, José Manuel de Castro & Lopes, Maria do Céu Vieira (2004). *Gramática do Português Moderno*. Lisboa: Plátano Editores (5ª edição).
- Porto Editora (2008). *Dicionário de Verbos Portugueses*. Porto: Porto Editora.

► TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

Conteúdo Programático Antigo

Título I - Introdução

Título II - As Pessoas

I - As Pessoas Singulares

II - As Pessoas Colectivas

III - Os Bens

IV - O exercício jurídico.

V - Situações jurídicas, relações jurídicas e direitos subjectivos.

VI - A Causa.

VII - A representação.

VIII - O tempo e a estabilização das situações jurídicas.

IX - Os Negócios Jurídicos

X - Noções Prévias.

XI - Classes de negócios jurídicos.

XII - Formação dos negócios jurídicos

XIII - Os negócios unilaterais.

XIV - Os contratos.

XV - Interpretação e integração dos negócios jurídicos

XVI - A qualificação dos negócios jurídicos

XVII - O conteúdo dos negócios jurídicos

XVIII - A vontade e a declaração negociais.

XIX - A forma dos negócios jurídicos.

XX - Valores negativos dos actos e negócios jurídicos.

XXI - O *favor negotii*.

XXII - A extinção dos negócios jurídicos.

Programa Actual

1. INTRODUÇÃO

1.1. Noções introdutórias gerais

1.2. Aproximações ao conceito de direito e às suas finalidades específicas (Remissão)

2. O DIREITO EM SENTIDO OBJECTIVO

2.1. Fontes do direito objectivo

2.2. Distinção entre direito público e privado.

4. CONCEITO E ÂMBITO DO DIREITO PRIVADO E CIVIL

4.1. Noção e caracterização do direito civil como direito privado comum

4.2. Fontes do direito privado

3. O DIREITO SUBJECTIVO

3.1. Generalidades

3.2. Elenco e distinção das espécies de direitos subjectivos

3.3. Legitimidade, poderes e faculdades civil

4.3. Princípios fundamentais do direito privado

4.3.1. Os princípios da autonomia da vontade; da igualdade jurídica; e da protecção dos mais fracos

4.3.2. Liberdade e responsabilidade

4.3.3. Personalismo ético

4.3.4. Os princípios da confiança e da boa fé

4.3.5. A propriedade privada

4.4. Direito privado e ordem constitucional

5. A RELAÇÃO JURÍDICA

5.1. Conceito de relação jurídica

5.2. Elementos da relação jurídica

5.3. Modalidades da relação jurídica

5.4. Limitações do conceito de relação jurídica

6. AS PESSOAS FÍSICAS

6.1. Preliminares

6.1.1. Noção de pessoa jurídica

6.1.2. A pessoa na relação jurídica

6.1.3. Pessoas singulares e pessoas colectivas

6.1.4. As pessoas singulares

6.2. A personalidade jurídica

6.2.1. Noção

6.2.2. Começo e termo

6.2.3. A situação jurídica do nascituro e do cadáver

6.2.4. Os direitos de personalidade

6.3. Estado pessoal

6.4. Personalidade jurídica, capacidade jurídica, capacidade de exercício e capacidade delitual

6.5. As incapacidades negociais

6.5.1. As incapacidades de gozo

6.5.2. As incapacidades de exercício e os meios de suprimento

6.6. Referências a figuras jurídicas afins:

6.6.1. A incapacidade delitual

6.6.2. A incapacidade acidental

6.6.3. As ilegitimidades e as indisponibilidades relativas; as proibições legais relativas

6.7. Domicílio

6.8. Nacionalidade

6.9. Ausência

6.9.1. Noção

6.9.2. Estatuto jurídico do ausente

6.9.3. Efeitos

7. AS PESSOAS COLECTIVAS

7.1. O conceito de pessoa colectiva. A justificação da sua existência

7.2. Natureza jurídica das pessoas colectivas

7.3. Sistemas de reconhecimento para atribuição de personalidade jurídica

7.4. Delimitação das pessoas colectivas de direito privado e sua classificação

7.5. As pessoas colectivas do Código Civil em geral

7.6. Os tipos de pessoas colectivas regulados

7.7. Aquisição de personalidade jurídica

7.8. Capacidade jurídica e capacidade de agir

7.9. A responsabilidade da pessoa colectiva

7.10. Sede, nacionalidade e extinção da pessoa colectiva

7.11. As pessoas colectivas do Código Civil em especial

7.11.1. Associações

7.11.2. Fundações

7.12. As associações sem personalidade e as comissões especiais

8. OS BENS

8.1. As coisas em sentido jurídico

8.2. O objecto imediato e mediato da relação jurídica

8.3. As coisas como objecto mediato da relação jurídica

8.3.1. Noção e características das coisas

8.3.2. As coisas fora do comércio

8.3.3. A classificação das coisas

8.3.4. Os frutos e as benfeitorias

8.4.O património e a empresa

8.5.Acepções de património

8.6. As modalidades de patrimónios separados

9. VICISSITUDES DAS RELAÇÕES JURÍDICAS: AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO.

9. 1. Generalidades

9.2. Constituição e aquisição

9.3. Modalidades de aquisição de direitos.

10. O Negócio Jurídico

10.1. Conceito, elementos e classificações

11. A Declaração Negocial

11.1. Noções gerais e modalidades

12. FORMA DA DECLARAÇÃO NEGOCIAL

12.1. Conceito, vantagens e inconvenientes. Princípio geral

13. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

14. FALTA E VÍCIOS DA VONTADE

14.1. Generalidades, divergências entre a vontade e a declaração, a simulação, a reserva mental, declarações não sérias, divergência não intencional, coacção física ou coacção absoluta ou ablativa, falta de consciência da declaração, erro na declaração ou erro obstáculo, vícios da vontade, o erro como vício da vontade, o dolo, a coacção, o estado de necessidade e a incapacidade accidental.

15. A REPRESENTAÇÃO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

15.1. Noção, pressupostos, modalidades, figuras afins e o negócio consigo mesmo.

16. OS REQUISITOS DO OBJECTO NEGOCIAL

16.1. Exigências e efeitos da inobservância dos requisitos do objecto negocial

17. CLÁUSULAS ACESSÓRIAS TÍPICAS

17.1. A condição, efeitos da condição suspensiva, o termo, o modo, encargo ou cláusula modal, cláusula penal, o sinal e a cláusula de equidade.

18. VALORES NEGATIVOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

18.1. Ineficácia, inexistência, a invalidade e outras formas de cessação dos efeitos dos negócios jurídicos.

BIBLIOGRAFIA

Carlos Burity da Silva, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, FDUAN, Luanda, 2004

Mota Pinto, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL (nova ed., a 4.^a, por A. Pinto Monteiro e P. Mota Pinto, Coimbra Editora, 2005)

Orlando De Carvalho, A TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA: SEU ♣ SENTIDO E LIMITES. Coimbra, Centelha, 1981;

Orlando De Carvalho, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL - SUMÁRIOS ♣ DESENVOLVIDOS, ed. Poligrafada, Coimbra, em publicação;

Manuel De Andrade, TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA, 2 vols., ♣ 1960, 4.^a reimpressão, Coimbra, Almedina, 1974;

Heinrich Ewald Hörster, A PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL ♣ PORTUGUÊS, Coimbra, Almedina, 1992;

José De Oliveira Ascensão, O DIREITO. INTRODUÇÃO E TEORIA GERAL, ♣ UMA PERSPECTIVA LUSO-BRASILEIRA, 11.^a ed. revista, Coimbra, Almedina, 2001;

Luís A. Carvalho Fernandes, TEORIA GERAL DO DIREITO, 2 vols., 3.^a ♣ edição revista e actualizada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2001;

A. Menezes Cordeiro, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL. Relatório, ♣ Lisboa, 1987;

A. Menezes Cordeiro, TRATADO DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS, I, ♣ PARTE GERAL, Tomos I, 3.^a edição, 2005; II, 2.^a edição, 2002; e III, 2004 – Coimbra, Almedina;

Pedro Pais De Vasconcelos, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, 3.^a edição, Coimbra, Almedina, 2005;

Pires De Lima, Antunes Varela, M. Henrique Mesquita, CÓDIGO CIVIL ANOTADO, vol. I, 4.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987;

Rabindranath Capelo De Sousa, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

► DIREITO ADMINISTRATIVO

Programa Antigo

1. Aproximação ao universo da organização administrativa.
- I. Relação entre as opções políticoconstitucionais do Estado e a função administrativa.
- II. As necessidades colectivas ao longo dos tempos.
- III. O princípio da separação de poderes e a função administrativa.
- IV. A organização administrativa, do Estado nos nossos dias
2. Os princípios constitucionais da organização administrativa.
3. A Organização Administrativa angolana actual.
4. O regime jurídico das pessoas colectivas públicas.

UNIDADE I – Administração Pública – Génese, Noção e Sentidos.

- 1.1- Génese e Noção da Administração Pública.
- 1.2- Acepções ou Sentidos da Administração Pública
 - a)- Sentido Orgânico, Subjectivo ou Estático (Organização)
 - b)- Sentido Material, Objectivo ou Dinâmico (Actividade)
- Definição da Administração Pública
- 2- A Administração Pública e a Administração Privada
 - Diferenciação quanto ao objecto, fim e meios.
 - Princípios Gerais dos Órgãos da Administração Pública.
- 3- A Administração Pública e as Outras Funções do Estado
 - a)- A função Política e a Função Administrativa
 - b)- A Função Legislativa e a Função Administrativa
 - c)- A Função Jurisdicional e a Administração Pública
- 3.1- As funções do Estado e o Direito Positivo Angolano
- 3.2- A Administração Pública como Poder.

UNIDADE II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SISTEMAS ADMINISTRATIVOS.

- 2.1- Administração Pública no Estado Oriental
- 2.2- Administração Pública no Estado Grego
- 2.3- Administração Pública no Estado Romano
- 2.4- Administração Pública no Estado Medieval
- 2.5- Administração Pública no Estado Moderno
- 2.6- Evolução Estrutural e Funcional.
- 2.2- Os Sistemas Administrativos
 - 2.2.1- Breve Caracterização
 - 2.2.2- Sistema Tradicional;
 - 2.2.3- Sistemas Administrativos Modernos:
 - a)- Sistema Administrativo de Tipo Britânico ou Administração Judiciária
 - b)- Sistema Administrativo do tipo Francês ou Administração Executiva
 - 2.2.4- Evolução dos Sistemas Britânico e Francês
 - 2.2.5 – Caracterização do Sistema Administrativo Angolano.

UNIDADE III–O DIREITO ADMINISTRATIVO. ORIGEM, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS.

- 3.1- Generalidades
- 3.2- Noção de Direito Administrativo

3.3- Conteúdo Jurídico-Normativo: Tipos de Normas do Direito Administrativo:

- a)- Normas Orgânicas
- b)- Normas Funcionais
- c)- Normas Relacionais

3.4- Caracterização do Direito Administrativo:

- a)- Juventude
- b)- Forte Influência Jurisprudencial
- c)- Autonomia
- d)- Codificação Parcial

3.5- O Direito Administrativo e os Outros Ramos do Direito

3.5.1-O Direito Administrativo e as suas divisões:

- a)- Direito Administrativo Geral
- b)- Direito Administrativo Especial
- c)- Direito Administrativo Militar
- d)- Direito Administrativo Cultural
- e)- Direito Administrativo Social
- f)- Direito Administrativo Económico
- g)- Direito Administrativo Financeiro

3.5.2- O Direito Administrativo e os outros Ramos do Direito:

- a)- O Direito Administrativo e o Direito Constitucional
- b)- O Direito Administrativo e o Direito Judiciário
- c)- O Direito Administrativo e o Direito Penal
- d)- O Direito Administrativo e o Direito Internacional

3.5.3- A Ciência do Direito Administrativo e as Ciências Auxiliares do Direito Administrativo

3.5.3- As Ciências Auxiliares da Ciência do Direito Administrativo – As Ciências Jurídicas e as Ciências Não-Jurídicas.

- A Teoria Administrativa
- A Reforma Administrativa

UNIDADE IV – AS FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO. SUA HIERARQUIA. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES NO DIREITO ADMINISTRATIVO ANGOLANO.

4.1-As Fontes do Direito Administrativo;

4.2-Hierarquia das Fontes do Direito Administrativo;

4.3-Ausência de um Critério Material de Lei e Notas Tendencialmente Caracterizadoras.

4.4-O Sentido Especificamente Constitucional Do Termo (Lei)

4.4.1 - A Lei no Ordenamento Constitucional Angolano

4.4.2-As Leis de Bases – Seu Sentido

4.4.2-As Leis Ordinárias em Geral

4.5-Os Actos Legislativos do Presidente Da República

4.5.1-O Poder Regulamentar

4.6-Hierarquia das Leis Sobre os Regulamentos

4.7-O Costume – Artigo 7º da CRA

4.8-Characterização das Fontes do Direito Administrativo Angolano

4.9-O Ensino do Direito Administrativo em Angola

UNIDADE V - A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

5.1-O Procedimento Administrativo (Generalidades)

5.2-Noção de Procedimento Administrativo – (artigo 2º do CPA)

5.3-A Marcha do Procedimento Decisório de 1º grau para a tomada de uma decisão administrativa – (artigo 112º e ss do CPA)

5.4.1-Natureza Jurídica do Acto Tácito – (artigo 165º do CPA)

5.5-Fundamento da Impugnação Contenciosa do Indeferimento Tácito

5.6-A Decisão expressa do Procedimento Administrativo

5.7.1-O Acto Administrativo (Perspectiva Histórica e Noção)

5.8.2-Elementos do Acto Administrativo e Natureza Jurídica

5.8.3-Characterísticas do Acto Administrativo

5.8.4-Acto Administrativo Definitivo e Executório

5.8.5-Tipologia dos Actos Administrativos

5.8.6-Actos Secundários

5.8.7-Os Vícios do Acto Administrativo

5.9-Procedimento Regulamentar – (artº 171º e ss do CPA)

5.9.1-Classificação do Procedimento Regulamentar

5.9.2-Characterísticas do Regulamento ou Poder Regulamentar

5.9.3-Distinção entre Regulamento e Lei

5.9.4-Sistema de Impugnação Contenciosa

5.9.5-Distinção entre o Regulamento e o Acto Administrativo

5.10- O Contrato Administrativo (Noções Básicas)

UNIDADE VI: A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – (nº 2 do artigo 3º do CPA)

5.1- Noção de Organização Administrativa

6.2- Estrutura da Administração Pública Angolana

6.3- Os Princípios Fundamentais da Organização Administrativa.

6.4- Elementos da Organização Administrativa

6.4.1- As Pessoas Colectivas Públicas – (artigo 4º e ss do CPA)

- a)- Critérios para a caracterização das pessoas colectivas (simples e complexo)
- b)- Espécies de Pessoas Colectivas em Angola
- c)- Regime Jurídico das Pessoas Colectivas Públicas
- d)- Órgãos da Pessoa Colectiva Pública – (artº 5º do CPA)
- e)- Atribuições e Competências das Pessoas Colectivas Públicas (Conceito de atribuições e de competências) – artº 6º do CPA
- Critério de delimitação de competências – espécies
- Espécies de Competências quanto ao modo, termos do exercício, substância e efeitos, titularidade, nº de órgãos e quanto a sua inserção nas relações inter-orgânicas.
- Conflitos de atribuições e competências – (artigo 77º e ss do CPA)

6.4.2- Os Serviços Públicos

- a)- Conceito de Serviços Públicos
- b)- Espécies de Serviços Públicos
- c)- Traços característicos do regime Jurídico dos Serviços Públicos
- d)- Organização dos Serviços Públicos

6.4.3- Hierarquia Administrativa – Noção e Caracterização – (artigo 7º do CPA)

- a)- Espécies de hierarquia administrativa
- Hierarquia Interna
- Hierarquia Externa
- Conteúdo de hierarquia administrativa

UNIDADE VII – SISTEMAS OU MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.1-Conceitos de Concentração e Desconcentração Administrativa;

7.2- Vantagens e Inconvenientes da Desconcentração;

7.3- Espécies de Desconcentração;

7.3.1- Delegação de Poderes – (artigo 64º e ss do CPA)

- Requisitos da Delegação de Poderes

7.3.2-Figuras Afins da Delegação de Poderes

7.3.3-Espécies de Delegação de Poderes

7.3.4-Requisitos da Delegação de Poderes

7.3.5-Extinção da Delegação

7.3.6-Natureza Jurídica da Delegação de Poderes.

7.4-Noções;

7.5-Pressupostos e elementos da descentralização;

7.5.1-Espécies de Descentralização Administrativa;

- 7.5.2-Limites da Descentralização;
- 7.6-Tutela Administrativa – (artigo 10º do CPA)
- 7.6.1-Figuras Afins;
- 7.6.2-Espécies de Tutela;
- 7.6.3-Regime jurídico da tutela;
- 7.6.4-Natureza Jurídica;
- 7.7-Vantagens/Inconvenientes da Descentralização e centralização;
- 7.8-INTEGRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE PODERES
- 7.8.1- Conceitos
- 7.8.2-Regime Jurídico
- 7.8.3-Vantagens e Inconvenientes
- 7.9-A Superintendência (artigo 11º do CPA) e Tutela Administrativa
- 7.9.1-Natureza Jurídica da Superintendência (Orientações doutrinárias) – artigo 11º do CPA
- 7.10-Espécies de Organização Administrativa
- 7.10.1-Administração Directa do Estado
- 7.10.2-Administração Local do Estado
- 7.10.3-Características da Administração Directa ou Central do Estado
- 7.10.4-Órgãos Locais do Estado
- 7.10.5-Serviços Locais do Estado
- 7.11-Magistrados Administrativos
- 7.12-Administração Periférica
- 7.13-Administração Indirecta do Estado
- 7.13.1-Institutos Públicos
- 7.13.2-Empresas Públicas
- 7.14-Administração Autónoma
- 7.14.1-Espécies de Associações Públicas
- 7.14.2-Natureza Jurídica das Associações Públicas
- 7.14.3-Administração Autárquica Local/As Autarquias Locais.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

- Oliveira, F.P.(2013). Noções Fundamentais de Direito Administrativo, Coimbra: Almedina;
- Amaral, D.F.(2011). Curso de Direito Administrativo, volume II (2ª edição). Coimbra: Almedina;
- Amaral, F., Cauperes, J., Claro, J.M. Raposo, J., Garcia, M.G., Vieira, P.S., Silva, V.P. (2005), Código do Procedimento Administrativo Anotado, com legislação complementar (5ª edição) Coimbra: Almedina.

Andrade, J.C.V. (2010) – Lições de Direito Administrativo, Coimbra, Universidade de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Amaral, D.F.(2011). Curso de Direito Administrativo, volumes I e II (2ª edição). Coimbra:

Almedina:

Poulson. Lazarino., Pensar Direito, volume III, 2009

Constituição 2010.

Sumários Desenvolvidos pelos Professores Carlos Maria Feijó e Carlos Teixeira, 2012.

► EXPRESSÃO ESCRITA E ORAL II

Programa Antigo

- 1.Introdução à leitura, interpretação e produção de texto;
 - 2.Texto dissertativo de carácter científico;
 - 3.Texto informativo técnico;
 - 4.Coesão e coerência textual;
 6. Normas gramaticais aplicáveis ao texto;
 7. Oratória;
 8. Recursos áudio visuais: vantagens e desvantagens;
 9. Tipologia textual: resenha, artigo científico e relatório;
- TEMA I: O Texto. Procedimientos de Escrita.

- 1.1 O que é um texto
- 1.2. Propriedades de um texto
 - 1.2.1. Adequação
 - 1.2.2. Coerência
 - 1.2.3. Coesão
 - 1.2.4. Progressão temática
- 1.3. Etapas da construção do texto:
 - 1.3.1. Encadeamento das partes do texto;
 - 1.3.2. Construção do parágrafo e da frase;
 - 1.3.3. Pontuação e acentuação;
 - 1.3.4. Vocabulário e ortografia;

Tema II: Formas Literárias

- 2.1.Texto Literário
- 2.2.Texto não Literário

TEMA III: Técnicas de redacção de textos utilitários

- 3.1. Actas
- 3.2. Requerimento
- 3.3. Carta comercial e não comercial
- 3.4. Cartas de apresentação
- 3.5. “Curriculum Vitae”
- 3.6. Relatório Simples

TEMA IV: Tipos de textos e intenções comunicativas

- 4.1. Texto descritivo
- 4.2. Texto narrativo
- 4.3. Texto de diálogo
- 4.4. Discurso directo e discurso indirecto

Tema V: Descodificação do raciocínio lógico

- 5.1. Interpretação e apreensão do sentido global de textos de géneros diversificados

Tema VI: Descodificação e elaboração do Discurso

- 6.1. O Resumo
- 6.2. A Síntese
- 6.3. O Sumário
- 6.4. O Comentário
- 6.5. O debate

Tema VII: Texto expositivo e/ou Argumentativo

- 7.1. Estrutura do texto expositivo
- 7.2. Estrutura do texto argumentativo
- 7.3. Redacção de textos expositivos e/ou argumentativos tendo em conta a análise crítica de temas actuais.

TEMA VIII - Semiótica e Hermenêutica do Texto Jurídico

- 8.1 - Definição de termos e conceitos fundamentais
- 8.2 - A Semiótica e a Lexicologia, Sintaxe, Morfologia, Semântica, Antropologia e a Cognição.
 - Representação linear e arbórea das frases e morfemas.
 - A problemática do sentido.
- 8.3 - A Hermenêutica do texto jurídico.
- 8.4 - Linguagem e comunicação jurídica.
- 8.5 - Leitura e escrita de cartas jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Azeredo, M. Olga, Pinto, M. & Lopes, M. Carmo (2009). Da Comunicação à Expressão – Gramática de Português, Lisboa: Lisboa Editora;
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (2002). Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).
- Das Neves, M. A. C. (2010). Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico. Lisboa: Instituto Piaget.
- Miguel, Maria Helena, Convergências (s/d). Manual Universitário de Português. Luanda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Bergström, Magnus (2004). Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias (47ª edição).
- Campbell, John (1993). Técnicas de Expressão Oral. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição).
- Carvalho, J. A. B. (1999). O ensino da escrita – da teoria às práticas pedagógicas.
- Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). Atual – O novo acordo ortográfico. Lisboa: Texto Editora (2ª edição).
- Duarte, Inês (2000). Língua Portuguesa - Instrumento de Análise. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, Inês. (2007). O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Estrela, Edite & Pinto-Correia, J. David (2001). Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social. Lisboa: Editorial Notícias (5ª edição).
- Freire, António (1996). Técnicas de Expressão do Português. Braga: Edições APPACDM.
- Gomes, Álvaro. (2009). Gramática Pedagógica e Cultural da Língua Portuguesa. Porto, Edições Flumen/Porto Editora.
- Monteiro, Deolinda, & Pessoa, Beatriz (1999). Guia Prático dos Verbos Portugueses. Lisboa: Lidel. Laranjeira;
- Pires (1996). Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta;
- Moura, José de Almeida. 2003). Gramática do português actual. Lisboa, Lisboa Editora.
- Oliveira, Maria Manuel (2005). Fábrica do Texto – Guia para a produção de diferentes tipos de textos. Cascais: Arte Plural Editores.
- Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida (orgs.). (2004). Da língua e do discurso. Porto, Campo de letras.
- Pinto, José Manuel de Castro & Lopes, Maria do Céu Vieira (2004). Gramática do Português Moderno. Lisboa: Plátano Editores (5ª edição).
- Porto Editora (2008). Dicionário de Verbos Portugueses. Porto: Porto Editora.

► DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Programa Antigo

Introdução

- I - o direito internacional privado enquanto ramo do direito
- II - planos, processos e técnicas de regulação das situações transnacionais
- III - delimitação do âmbito do curso

Parte I

Direito de conflitos - parte geral

- I - natureza do direito de conflitos
- II - objeto e função da norma de conflitos
- III - a justiça e os princípios gerais do direito de conflitos
- IV - estrutura geral da norma de conflitos
- V - interpretação e aplicação da norma de conflitos
- VI - do elemento de conexão
- VII - remissão para ordenamentos jurídicos complexos
- VIII - a devolução ou reenvio
- IX - a fraude à lei
- X - a qualificação
- XI - problemas especiais de interpretação e aplicação do direito de conflitos
- XII - estatuto do direito estrangeiro
- XIII - limites à aplicação do direito estrangeiro ou Transnacional

Parte II – noções fundamentais da parte especial do direito de Conflitos e do direito de reconhecimento

- I – regras de conflitos fundamentais
- II – direito de reconhecimento.

PROGRAMA NOVO

Unidade-I: INTRODUÇÃO

Objectivo Especifico

- a) Capacitá-los com conhecimento preliminares sobre temas básicos de direito internacional e a sua relação com direito do Estado
- b) Esta unidade tem como objectivo introduzir os alunos nos conceitos teóricos e introdutório da disciplina.

TEMAS:

- 1. Conceito, caracterização e sistematização do direito internacional
- 2. Os fundamentos da obrigatoriedade do direito internacional

3. Evolução histórica do direito internacional
4. Direito Internacional e o direito interno angolano
- 4.1. Integração e recepção do DI no direito angolano (art. 13º)
- 4.2. A Constituição de Angola e relações internacionais (art. 12º)

UNIDADE II: Fontes do direito internacional público

Objectivo Específico

Visa compreender o procedimento legislativo internacional nesta disciplina

Esta unidade pretende fornecer sólidos conhecimentos e domínio das principais fontes específicas de direito internacional público.

TEMAS:

I- Costume internacional

1. Conceito de fonte do direito internacional
2. O costume Internacional
3. Elementos de prova do costume internacional
4. Hierarquia entre as fontes e hierarquia entre as normas do DIP.

II- Tratados internacionais

1. Conceito de tratado- Convenção de Viena (1969)
2. Classificação das convenções internacionais.
3. Conclusão das convenções internacionais
4. Anulação e extinção das convenções internacionais
5. Fiscalização da constitucionalidade das convenções internacionais

III- Outras fontes de DIP

1. Jurisprudência
2. A equidade
3. Os actos jurídicos unilaterais

UNIDADE III- Sujeitos de direito internacional público

Objectivo específico

Como integram e actuam os sujeitos na sociedade internacional

Ajudar os alunos a saber quem são sujeitos em direito internacional.

TEMAS:

I- O Estado como sujeito de direito internacional público

1. A juricidade e reconhecimento internacional do Estado
2. Reconhecimento do Estado, dos beligerentes e dos insurrectos
3. O Estado: elementos constitutivos do Estado

3.1 O território

3.2 A população

4. Responsabilidade internacional do Estado

5. Elementos constitutivos do Estado: o poder político

II- As Organizações internacionais como sujeito de direito internacional público

1. Generalidade: conceito e história geral das organizações internacionais

2. A Organização das Nações Unidas e suas agências

3. União Europeia

4. União Africana

4.1. As organizações regionais: SADC, CPLP e PALOP

III- A Santa Sé e o indivíduo como sujeito de direito internacional

1. O carácter jurídico internacional da Santa Sé

2. Constituição e composição do Estado do Vaticano

3. O direito canónico

4. E personalidade jurídica internacional do indivíduo.

UNIDADE IV- Direito Internacional e relações internacionais

Objectivos específicos

Perceber a importância dos Estados e o modo como este influencia e domina política e juridicamente a vida internacional

Conhecer o carácter jurídico das relações e representações diplomáticas.

TEMAS:

1. O carácter jurídico da interdependência dos Estados

2. Política externa do Estado nas relações internacionais

II- Relações Internacionais dos Estados

1. Evolução histórica

2. Missões diplomáticas permanentes

3. Missões diplomáticas especiais

4. Privilegios diplomáticos

III- Relações Consulares

1. Evolução histórica

2. Instituições Consulares

UNIDADE V- Direito humanitário e resolução de conflitos

Objectivo específico

Conhecer as estratégias da negociação em conflitos

Conhecer os mecanismos jus-políticos de garantia da paz e da segurança internacional.

TEMA:

I- Meios de resolução de conflitos internacionais

1. Meios diplomáticos

2. Meios políticos

3. Meios jurídicos

II- Manutenção da paz e da segurança internacional

1. Direito humanitário e intervenções humanitárias

2. Desarmamento: manutenção da paz, imposição da paz e arbitragem

3. Sanções

4. Direitos Humanos

4. Caracter jurídico dos DH

4.1. Declaração universal dos DH

4.2. Pacto e convenções dos DH

4.3. A ONU e os DH

4.4. O direito Humanitário

4.5. Questões jurídicas complexas do direito humanitário

4.6. Convenções de Genebra sobre a assistência humanitária

III- Os Tribunais Internacionais

1. Tribunal internacional de justiça

2. Tribunal Penal Internacional

VI- BIBLIOGRAFIA

CRA de 2010

Soares, Albino de Azevedo. lições de direito internacional público 4ª Ed. 1996

Miranda, Jorge, curso de direito internacional público 3ª Ed. 2008

Gouvêa, Jorge Bacelar, manual de Direito internacional, introdução, fontes relevância, sujeitos, domínio, garantia. 2003.

Moreira, Adriano, Bugallo, Alejandro e Albuquerque, Celso, legado político do ocidente, (Homem e o Estado), 1995..

➤ DIREITO ECONÓMICO

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

1. Origens da disciplina

2. Problemas pedagógicos e científicos particulares

Parte I

- I. Capítulo primeiro – Noções introdutórias fundamentais
- II. Capítulo segundo - A constituição económica
- III. Capítulo terceiro - Direito económico nacional
- IV. Capítulo quarto – Iniciativa económica e intervenção económica pública
- V. Capítulo quinto - Alteração das condições de intervenção pública - os processos de privatização e os processos de regulação económica - remissão para a parte especial
- Os processos de regulação económica em geral

Parte II

Áreas especiais do direito da economia

- I. Capítulo primeiro - Direito da Concorrência e direito da regulação económica – do direito da concorrência em especial
- II. Capítulo segundo - O direito da regulação económica
- Capítulo terceiro - Direito do consumo (defesa dos consumidores)

PROGRAMA ACTUAL

Cap. 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO ECONÓMICO

- 1. Definição do Direito Económico;
- 1.1 Conceito de Actividade Económica;
- 1.2 Principais Características do Direito Económico.
- 2. Conteúdo, Objectivo e Abrangência do Direito Económico;
- 3. Autonomia Científica do Direito Económico;

Cap. 2 – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA

- 2.1 Direito Económico Nacional;
- 2.2 Iniciativa Económica e intervenção económica pública;
- 2.3 Alteração das Condições de intervenção pública – os processos de privatização e os processos de regulação económica (parte especial);
- 2.4 Os processos de regulação económica em geral.

Cap. 3 – A PRODUÇÃO, MERCADOS E PREÇOS

- 1. O que representa a Moeda;
- 2. Preços dos Produtos: Elásticos, Inelásticos, Padronizados e não Padronizados;
- 3. Teoria da Troca Desigual;

Cap. 4 – O ESTADO COMO AGENTE NORMATIVO E REGULADOR DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

- 1. O Estado Prestador de Serviços Públicos;
- 2. Actividade Económica Exercida pelo Estado;

3. O Estado e as Empresas Estatais;
4. Intervenção do Estado no Domínio Económico;

Cap. 5 – DIVISÃO DO DIREITO ECÓNOMICO

1. Direito Financeiro e Orçamentário;
2. Direito Penal Económico;
3. Direito da Livre Concorrência;
4. Direito Internacional Económico;
5. Fontes do Direito Económico;
6. Abuso do Poder Económico;
7. Noções gerais de Direito Administrativo Económico;

BIBLIOGRAFIA

Obrigatória

- BASTOS, Celso Ribeiro. Direito Económico. Ed. Celso Bastos, 2000.
- RODAS, João Grandino e OLIVEIRA, Gesner. Direito e Economia da Concorrência. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- SUNDFELD, Carlos Ari (org.). Direito Administrativo Económico. São Paulo: Malheiros.
- Morais, L., 2014. Direito da Economia. Volume I. Lisboa.
- Santos, A. C., Gonçalves, M. E., Marques M.M.L. 2004, Direito Económico (5ª Edição/Coimbra; Almedina;
- Cunha. A.C. (2009), Despesas Públicas e Contratação Pública, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra;
- Hood. C., R.H., Baldwin, R., 2004 The Government of Risk.
- Constituição, 2010;
- DOMINGOS, Francisco João, Temas Essenciais do Direito da Economia Angolana, Escolar Editora, Lobito, 2014.

BIBLIOGRAFIA complementar:

- BASTOS, Celso Ribeiro. O abuso do poder económico e o projeto de lei n. 3.712. S. Paulo: Max Limonad. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/SP, 1995, p.13.
- DOTTI, René Ariel. A criminalidade económica. S. Paulo: AASP. Revista do Advogado n. 24, 1987, p.38.
- HEILBRONER, Robert. A história do pensamento económico. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Rolf Kuntz.

2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 333 p.

► **FINANÇAS PÚBLICAS**

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

Parte I - As Despesas e as Receitas

I - Despesas Públicas

II - Receitas Tributárias

III - Impostos e demais figuras tributárias

IV Sistemas Fiscais

V - A Constituição Fiscal

VI - Dívida Pública

VII - Receitas Patrimoniais e outras

Parte II - O Orçamento do Estado em Especial

VIII - Noções Introdutórias

IX - Das regras orçamentais em especial

X - Conteúdo do Orçamento

XI - Preparação e Aprovação do Orçamento

XII - Execução orçamental

XIII - Controlo e Responsabilização

Financeira.

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

► **DIREITO COMUNITÁRIO (UNIÃO EUROPEIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL)**

PROGRAMA ANTIGO

Programa Introdução

1. Pressuposto: o constitucionalismo de níveis múltiplos

2. Método de abordagem do Direito da União Europeia

Parte I – A evolução do processo de integração europeia – das origens ao Tratado de Lisboa

1 – Da criação das Comunidades Europeias até ao Ato Único Europeu

2 - Os projectos de integração europeia...

3 - Os anos 50: a criação das Comunidades Europeias

4 - Os anos 60 e 70 – um período de estagnação?

5 - Os anos 80 – o impulso do Ato Único

Capítulo II – Da criação da União Europeia até ao Tratado de Nice

6 - O Tratado da União Europeia assinado em Maastricht

7 - O Tratado de Amesterdão

8 - O Tratado de Nice

9 - A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Capítulo III – A refundação da União

Europeia – do TECE até ao Tratado de Lisboa

10 - O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa

11 - O Tratado de Lisboa – a saída da crise?

Parte II – A Constituição Política da União Europeia

12 – A União Europeia como união de Estados e de cidadãos

13 – A cidadania da União e a protecção dos direitos fundamentais

Parte III – As atribuições, a estrutura orgânica e os procedimentos de decisão na União Europeia

14 - Integração regional

15 - União Africana

PROGRAMA ACTUAL

XX
XX

3º ANO

► DIREITO PENAL

PROGRAMA ANTIGO

I Definição do Direito Penal

1. Metodologia jurídica no estudo do Direito Penal.
2. Estrutura da norma penal: o crime e a sanção criminal.
3. O conceito de crime no Direito Penal e nas ciências empíricas sobre o comportamento criminoso.
4. Conceito material de crime. Conceito material de crime e constituição penal. a) Limites negativos do ilícito penal; b) Limites positivos do ilícito penal: obrigações implícitas e explícitas de incriminação.
5. As sanções criminais: penas e medidas de segurança. 6. O problema dos fins das penas: a discussão filosófica e constitucional.
7. Conceito material de sanção criminal e constituição penal. O problema à luz do

Direito internacional. 8. Os modelos de política criminal.

9. Delimitação do Direito Penal relativamente a outros ramos do Direito.

10. Direito Penal Especial, Direito Penal Secundário e Direito de Mera Ordenação Social.

11. Funções do Direito Penal no Estado de Direito democrático e social: os princípios constitucionais de Direito Penal (legalidade, culpa, necessidade das penas e das medidas de segurança, igualdade, humanidade e socialidade).

12. Definição material de Direito Penal.

II Princípios e Fontes do Direito Penal

1. Princípios do Estado de Direito

Democrático e Social e fontes de Direito Penal no Direito interno. Primeira análise dos princípios constitucionais do Direito Penal

2. Fontes internacionais do Direito Penal. O Direito Internacional Penal.

3. Direito da União Europeia e fontes do Direito Penal. Análise das repercussões do Tratado de Lisboa no Direito Penal português

4. Princípio da legalidade e reserva de lei.

5. Princípios sobre a interpretação da lei penal. Proibição da analogia incriminadora.

Primeira abordagem da questão da interpretação da lei penal 6. Princípio da legalidade e configuração das normas penais: tipicidade e precisão.

7. Princípio da legalidade e aplicação da lei penal no tempo.

8. Âmbito de validade espacial da lei penal.

9. Cooperação judiciária internacional:

Extradição e mandado de detenção europeu. Estudo da problemática constitucional e de direito internacional.

10. Princípios do Direito Penal e concurso de normas penais.

III A interpretação da lei penal e a metodologia da decisão de casos

1. A interpretação da lei penal como problema específico da metodologia jurídica. A interpretação como analogia num sentido lógico e a metodologia da decisão do caso penal.

2. Os sistemas de definição do crime clássico, neoclássico e finalista e a técnica de aplicação da lei penal deles resultante.

3. As alterações à técnica de aplicação da lei penal propostas pelos funcionalismos.

4. A aplicação da lei penal como imputação de um facto penalmente desvalioso.

5. A importância da filosofia da acção na imputação penal. A aplicação da lei penal

como decisão sobre a responsabilidade penal. Pressupostos de uma teoria jurídica da decisão do caso penal.

6. A definição lógica geral de crime como acção típica, ilícita, culposa e punível.

Análise do conteúdo dos elementos do conceito crime.

1. Introdução à metodologia da decisão de casos a partir da problemática da acção.

PROGRAMA ACTUAL

NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

1. Noção de Direito Penal. Direito Penal e Ciência do Direito Penal.

2. Objecto de estudo do Direito Penal

3. Noção de Crime

4. Noção formal e material do Direito penal e do Crime

5. Carácter positivo, imperativo e sancionador do Direito Penal. Estrutura da norma penal.

Autonomia do Direito Penal

6. Penas e medidas de segurança. Medidas sancionatórias sem natureza penal.

7. O Direito Penal e o Direito Processual Penal.

8. Ciências auxiliares do Direito Penal.

8.1. A Criminologia. As modernas correntes da Criminologia.

8.2. A Filosofia do Direito.

8.3. A Medicina Legal.

8.4. Vitimologia

8.5. A sociologia

8.6. A Psicologia

9. As normas penais, o facto ilícito penal e a sanção

10. Direito penal e o poder punitivo do Estado

10. 1. O direito positivo como materialização do poder punitivo do Estado.

10. 2. Natureza do "*ius puniendi*"

10. 3. O poder punitivo e Estado democrático.

10. 4. Relações entre o Direito Penal Objectivo e o Direito Penal Subjectivo

11. O conceito de Bem Jurídico.

12. Extensão do Direito Penal; Direito Penal Material, Direito Penal Processual e Direito Penal Penitenciário.

13. Fins do Direito Penal e fins das sanções penais

14. Distinção entre fins do Direito Penal e fins das penas

15. Fins do Direito Penal e fins do Direito

16. Teorias absolutas

17. Teorias relativas

17.1. A prevenção geral

17.2. A prevenção geral negativa e positiva

17.3. A prevenção especial

17.4. A prevenção especial negativa e positiva

CAPÍTULO II - A LEI PENAL

1. Fontes do Direito Penal

2. O princípio da legalidade ou «*nullum crimen sine lege*». Aplicação do princípio. A proibição da analogia e da interpretação extensiva.

3. A aplicação da lei penal no tempo. O princípio da não-retroactividade. Excepções ao princípio. Determinação da lei mais favorável. Determinação do momento da prática da infracção. Outras aplicações dos princípios da não-retroactividade e da retroactividade da lei mais favorável.

4. Aplicação da lei penal no espaço. Princípios. Aplicação do princípio da territorialidade. Insuficiência do princípio. Extraterritorialidade da lei penal. Reconhecimento das sentenças penais estrangeiras.

5. A validade da lei penal no espaço e em relação às pessoas.

5.1. Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal.

5.2. Princípios.

5.3. Obrigatoriedade da lei penal e princípio da territorialidade e do pavilhão.

5.4. Aplicação da lei angolana a crimes cometidos no estrangeiro.

5.5. O princípio realista.

5.6. O princípio da nacionalidade

5.7. O princípio universalista ou da justiça universal

5.8. O princípio residual resultante da proibição constitucional da extradição (princípio da humanidade).

5.9. O lugar da prática e do facto. O critério de ubiquidade.

6. A extradição, direito de asilo e expulsão de estrangeiros (aspectos substantivos)

7. A extradição. Princípios gerais

8. Direito de asilo

9. Expulsão de estrangeiros

CAPÍTULO III - PRINCÍPIOS ESSENCIAIS DO DIREITO PENAL

1. Princípio da autonomia.

2. Princípio da proporcionalidade.

3. Princípio da subsidiariedade.
4. Princípio da jurisdicionalidade do Direito Penal.
5. Princípio da culpabilidade. Princípio da culpabilidade como fundamento e limite do Direito Penal.
6. O princípio da humanidade das penas e dignidade da pessoa enquanto limite da duração e execução das penas.
 - 6.1. A pena como *última ratio* das sanções jurídicas.
 - 6.2. A dignidade da pessoa humana como limite da duração e da execução das penas.
 - 6.3. Natureza do Direito Penal

CAPÍTULO IV - NATUREZA E FINS DAS SANÇÕES PENAIS

1. Pluridimensionalidade dos fins das sanções penais
2. Natureza e fins das penas criminais
3. Natureza e fins das medidas de segurança
4. Monismo e dualismo das penas e medidas de segurança

CAPÍTULO V – A INFRACÇÃO PENAL. NOÇÕES GERAIS. OBJECTO DE ESTUDO.

1. Crimes e Contravenções. Regras específicas aplicáveis às Contravenções. Distinção entre Infracção Penal e Ilícito Civil.
2. Conceito de Infracção Penal. Noção formal e noção material. Pressupostos da Infracção. Concepção objectiva e concepção subjectiva. Concepção unitária e concepção analítica ou atomista da infracção. Objecto da teoria da Infracção. Necessidade de uma «teoria da Infracção» a partir dos tipos legais concretos. Elementos da Infracção. As sucessivas fases do desenvolvimento da teoria da Infracção. Os sistemas clássico, neoclássico e finalista.
3. Direito de Mera Ordenação Social

CAPÍTULO VI – TEORIA DO CRIME

1. A Acção: Acção em sentido lato e Acção em sentido estrito. A Omissão. O Evento.
2. O nexo de causalidade: o problema da causalidade. A teoria da equivalência das condições ou da «*conditio sine qua non*». A teoria da causalidade adequada. Referência a alguns critérios integradores ou correctores do princípio da Adequação. (A diminuição do risco, a criação de um risco jurídico-penalmente relevante, o aumento do risco permitido, a esfera de protecção da norma). A irrelevância dos desvios no processo causal e a chamada causa hipotética ou virtual. A causalidade da omissão. O problema da causalidade no Código Penal.
3. Característica do facto ilícito
4. Omissão relevante em Direito Penal
5. Nexo de casualidade
6. Tipicidade

- 6.1. Tipo objectivo
- 6.2. Tipo subjectivo
- 7. Dolo
 - 7.1. Dolo Intelectual
 - 7.2. Dolo Volitivo
 - 7.3. Dolo Directo
 - 7.4. Dolo Necessário
 - 7.5. Dolo Eventual
 - 7.6. Dolo Específico
- 8. Negligência
 - 8.1. Elemento objectivo
 - 8.2. Elemento subjectivo
 - 8.3. A Negligência Consciente e Negligência Inconsciente.
 - 8.4. Tipicidade nos crimes Negligentes de Resultado.
 - 8.5. A Ilícitude e Culpabilidade no crime Negligente.
- 9. O erro
 - 9.1. Erro relevante
 - 9.2. Erro Essencial
 - 9.3. Erro accidental
 - 9.4. Erro tipo/representação
 - 9.5. *Aberratio ictus*/execução
 - 9.6. Erro no processo executivo
 - 9.7. Tipos de tipicidade
 - 9.8. Tipos incriminadores
 - 9.9. Tipos justificadores
- 10. Classificação dos crimes em razão da sua estrutura típica
 - 10.1. Criminalidade económica, financeira e informática
 - 10.2. Gerais ou Comuns e Crimes Especiais ou Próprios
 - 10.3. Crimes Comissivos e Crimes Omissivos
 - 10.4. Próprios/impróprios
 - 10.5. Crimes Formais e Crimes Materiais; Crimes de Mera Actividade e Crimes de Resultado
 - 10.6. Crimes de Dano e Crimes de Perigo. Crimes de Perigo Concreto, Crimes de Perigo Abstracto, Crimes de Perigo Abstracto-Concreto e Crimes de perigo Comum
 - 10.7. Crimes Qualificados pelo Resultado
 - 10.8. Crimes Simples, Crimes Complexos e Crimes Pluriofensivos

10.9. Crimes Instantâneos, Crimes Permanentes, Crimes Instantâneos de Efeitos Permanentes e Crimes Habituais, Crimes Unisubsistentes e Crimes Plurisubsistentes

10.10. Crimes Qualificados e Crimes Privilegiados

10.11. Crimes Dolosos, Crimes Negligentes e Crimes Preterintencionais, Crime Culposos

10.12. Crimes Progressivos, Crimes de Acção Múltipla ou de Conteúdo Variado, Crimes Exauridos, Crimes de tendência ou de Intenção e Crimes de Empreendimento ou de Atentado

11. Ilícitude. Generalidades

12. Causas de Justificação. Considerações Preliminares

12.1. Exercício de um direito

12.2. Colisão de direitos

13. Legítima Defesa

13.1. Agressão e defesa

13.2. Excesso de legítima defesa

14. O Direito de Necessidade

14. 1. Acção directa

15. O Cumprimento de um Dever

15.1. Conflitos de deveres

16. Consentimento do Ofendido

17. A Culpa, conceito, fundamento e delimitação

17.1. Elementos de culpabilidade

17.2. Imputabilidade e Imputação

17.3. Causas de exculpação

18. A Punibilidade. Generalidades

CAPÍTULO VII – A ESTRUTURA GERAL DO FACTO ILÍCITO. ELEMENTOS E CIRCUNSTÂNCIAS ESSENCIAIS

1. Preliminares

2. O Sujeito Activo

3. Elementos Objectivos Constitutivos do Facto Típico

4. Elementos Subjectivos Constitutivos do Facto Ilícito

5. Causas de Justificação

CAPÍTULO VIII – ESTRUTURA ACIDENTAL DO CRIME

1. A Estrutura Essencial e a Estrutura Acidental do Crime

2. As Circunstâncias. Sua Classificação

3. Circunstâncias Comuns e Elementos do Crime

4. O Valor das Circunstâncias Comuns e Circunstâncias Modificativas. O Valor das Circunstâncias Comuns.

5. A Posição da Teoria das Circunstâncias no Sistema Penal

CAPÍTULO IX – FORMAS DO CRIME. ESTÁDIOS DE REALIZAÇÃO DO CRIME

1. Conceito de «*Iter Criminis*» ou processo de realização do crime

2. A Resolução Criminosa. Sua relevância

3. Actos Preparatórios

3.1. Punibilidade dos Actos Preparatórios. Classificação autónoma dos Actos Preparatórios como crimes.

4. Actos de Execução

5. A Consumação e o Exaurimento do Crime

6. Participação e Comparticipação no Crime; Concurso de Crimes e Crime Continuado. Fundamento do Crime Continuado. Elementos do Crime Continuado. Natureza do Crime Continuado. Punição do Crime Continuado Crime Continuado e Caso Julgado. Remissão

8. A Tentativa

9. A Frustração. O Crime Frustrado.

10. Diferença entre Desistência e Arrependimento

CAPÍTULO X – COMPARTICIPAÇÃO CRIMINOSA. OS AGENTES DO CRIME E A VÍTIMA

A Autoria. Autoria Material e Singular. Co-autoria Material. Autoria e Co-autoria Moral/Intelectual/Psíquica

1. A Comparticipação Criminosa

Participação na Comparticipação: Participação secundária: Autoria e Cumplicidade

2. Crimes de Participação Necessária. Associações Criminosas e Organizações Terroristas

3. O Sujeito Passivo do Crime

4. A Responsabilidade Penal das Pessoas Singulares e Colectivas e a responsabilidade Cumulativa

5. Questões comuns à Autoria e à Cumplicidade

6. Encobrimento

7. Cumplicidade

8. Instigação

CAPÍTULO XI – CONCURSO DE INFRACÇÕES

1. O problema do Concurso

2. O Concurso Efectivo (ou verdadeiro) de Infracções

3. Concurso Aparente

4. Crime Continuado
5. Elementos acidentais da Infração. As circunstâncias. Circunstâncias como elemento estranho à estrutura da Infração. Noção. Classificação das circunstâncias.
6. Circunstâncias Agravantes (comuns)
7. Circunstâncias Atenuantes
8. Concurso de Circunstâncias.
9. A medida legal da pena
10. Espécies de pena e pena aplicável
11. Determinação da pena aplicável ao crime consumado, frustrado e tentado, aos cúmplices e encobridores
12. Circunstâncias agravantes qualificativas – comuns e especiais
13. Circunstâncias atenuantes qualificativas – comuns e especiais
14. Concurso de circunstâncias qualificativas
15. A medida concreta da pena

BIBLIOGRAFIA

- DIAS, A. Silva - Materiais para o estudo da parte especial do Direito Penal
- DIAS, Jorge Figueiredo. Consequências Jurídicas do Crime. Tomo I. Coimbra Editora, 2007.
- Dicionário de Direito Penal e Direito Processual Penal, EIRAS, Henrique e FORTES, G.
- Comentário Conimbricense do Código Penal, *dirigido por* DIAS, J. Figueiredo
- CARVALHO, Américo Taipa de. Direito Penal. Coimbra Editora, 2008
- GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, Código Penal anotado e comentado.
- Rodrigues, O. (2014). Apontamento de Direito Penal. *Escolar editora* – Angola.
- SANTOS, Manuel Simas, Direito Penal de Angola. Escolar Editora, 2021, Lobito, Angola.
- SILVA, Germano Marques da. Direito Penal Português. Vol I. II Editorial Verbo, Lisboa/ São Paulo, 2005.
- SILVA, Germano Marques da. Direito Penal Tributário. Sobre a responsabilidade das Sociedades e dos seus administradores conexos com o crime Tributário. UCP- Editora, Lisboa 2009.
- SILVA, Germano Marques da, Direito Penal Português – Teoria do Crime - 2ª Edição, Universidade Católica Editora, 2015.

► DIREITO COMERCIAL

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

I – A evolução do direito comercial

II – A experiência lusófona

- III – coordenadas actuais do direito comercial
- IV- doutrina comercial geral
- V – comércio e comerciantes
- VI – empresa e estabelecimento
- VII – o estatuto geral dos comerciantes Contratos comerciais
- I – dos contratos comerciais em geral
- II – contratos especiais de comércio Direito bancário
- I - dogmática bancária geral
- II - direito bancário material

PROGRAMA NOVO

XX
 XX

► DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

PROGRAMA ANTIGO

- Parte I introdução e noções gerais
- Título I teoria geral
- I - Teoria geral do processo declarativo
- II - Competência dos tribunais civis
- III - Função jurisdicional
- IV - Competência internacional
- V - Regime da competência
- Título II partes processuais
- I - Qualidade de parte
- II - Pressupostos processuais
- III - Objecto do processo
- IV - Prova processual
- V - formas de composição da acção
- VI - O procedimento em primeira instância
- VII - Cobrança de dívidas.

PROGRAMA ACTUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – I

UNIDADE I – INTRODUÇÃO E NOÇÕES GERAIS

- 1.1. Breve Referência sobre o Direito Processual Civil
- 1.2. O Entendimento do âmbito de aplicação

- 1.3. Definição de Direito Processual Civil
- 1.4. Importância e Característica
- 1.5. Objecto do Direito Processual Civil
- 1.6. Fontes do Direito Processual Civil
- 1.7. Interpretação e Integração das Leis Processuais
 - 1.7.1. Interpretação das Leis Processuais
 - 1.7.2. Integração da Lei Processual
 - 1.7.3. Aplicação das Leis Processuais no Tempo
- 1.8. Princípios do Direito Processual Civil
 - 1.8.1. Princípios Estruturantes ou Fundamentais
 - 1.8.2. Princípios Instrumentais

UNIDADE II – TEORIA GERAL DO PROCESSO DECLARATIVO

- 1.2. Classificação das Acções Quanto ao Fim e Quando a Forma
- 1.3. As Acção Declarativas
- 1.4. Tipo de Acção Quanto a Forma
- 1.5. Processo Especial
- 1.6. A Subdivisão do Processo Comum

UNIDADE III – PROCEDIMENTOS CAUTELARES

- 1. Noção de Procedimento Cautelar
 - 1.1. Razão da sua Existência
 - 1.2. Pressupostos das Providências Cautelares
 - 1.3. Tipos de Providências Cautelares
 - 1.4. Classificação da Providência Cautelar quando ao momento e ao fim

UNIDADE IV – INCIDENTES DA INSTÂNCIA

- 1.1. Noção
 - 1.1.1. Modalidades de Incidentes da Instância
 - 1.1.2. Elementos da Relação Jurídica Processual
 - 1.1.3. Intervenção de Terceiro

UNIDADE V – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

- 1.1. Noção
- 1.2. Classificação de Pressupostos Processuais
- 1.3. Pressupostos Processuais Positivos e Negativos
 - 1.3.1. Personalidade Judiciária
 - 1.3.2. Capacidade Judiciária
 - 1.3.3. Legitimidade

1.3.4. Competência do Tribunal

1.3.5. Patrocínio Judiciário

1.3.6. Interesse Processual

1.4. Pressupostos Processuais Negativos

1.4.1. A Preterição do Tribunal Arbitral e a Litispendência

1.4.2. Arbitragem e Mediação

UNIDADE V – FORMALISMO DO PROCESSO DECLARATIVO

1.1. Formalismo Processual

1.2. As Fases do Processo Declarativo Comum Ordinário

1.2.1. Fase dos Articulados

1.2.2. Fase do Saneamento e Condensação

1.2.3. Fase de Instrução

1.2.4. Fase da Discussão e Julgamento

1.2.5. Fase da Sentença

BIBLIOGRAFIA

- 1- Andrade, M. de.(1979).*Noções Elementares de Processo Civil*.Coimbra: Coimbra Ed.
- 2- Anselmo de Castro, A. (1982). *Direito Processual Civil Declaratório* .Coimbra: Coimbra Ed.
- 3- Antunes Varela, J. M.; Bezerra, M., Sampaio. N.(1985). *Manual de Processo Civil* 2.Coimbra: Coimbra ed.
- 4- Castro Mendes, J. C. (1986/1987). *Direito Processual Civil* .Lisboa: Ribeiro Mendes

► **DIREITO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

PROGRAMA ANTIGO

Parte I

Lei Geral do trabalho

- ☐ Regime Jurídico de cedência temporária de trabalhadores
- ☐ Salário Mínimo
- ☐ Antigos Combatentes
- ☐ Regulamento sobre o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente
- ☐ Emprego de trabalhadores estrangeiros não residentes e de força de trabalho nacional qualificado sector empresarial.

Parte II

Relações Colectivas de Trabalho

- ☐ Lei sindical
- ☐ Lei sobre o direito de negociação colectiva
- ☐ Lei da greve

Parte III

Emprego e formação profissional

- ☐ Lei do emprego
- ☐ Lei de bases do primeiro emprego
- ☐ Instrumentos administrativos de recolha de dados estatísticos
- ☐ Qualificadores operacionais
- ☐ Regulamento sobre o HIV/SIDA, emprego e formação profissional
- ☐ Regulamento do IEFP

Parte IV

Da segurança Social.

PROGRAMA ACTUAL

PARTE I-INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - NOÇÕES GERAIS 1. Definição e Obejeto do Direito do Trabalho 2. Matérias que abrangem o Direito do Trabalho 3. Conexões entre o Direito do Trabalho e outros ramos do Direito 4. O paradigma do direito do Trabalho e a alteração do seu modelo tradicional

CAPÍTULO II- FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO 2.1. O Direito Romano 2.2.O Direito intermediário 2.3.A Revolução Industrial 2.4.O desenvolvimento da

legislação social no início do século XX(...) 2.5.As crises económicas e sua repercussão no direito do Trabalho 2.6.A história do Direito do Trabalho em Angola a) A regulação laboral no período colonial b) O período de transição para independência (1974- 1975) c) O período da economia planificada (1975 - 1990) d) O período da economia de mercado (de 1990 aos nossos dias)

CAPITULO III- FONTES DO DIREITO DO TRABALHO 3.1 Aspectos gerais a) Fontes Internas b) Fontes Internacionais I. Convenções internacionais II. Convenções da Organização das Nações Unidas III. Convenções da União Africana IV. Convenções e recomendações da OIT 1 3.2.

A hierarquia das fontes 3.3. Interpretação e integração das fontes de Direito do Trabalho 3.4. A aplicação das normas do Direito do Trabalho a) Aplicação no tempo b) A aplicação no espaço

PARTE II - DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO CAPITULO IV- O CONTRATO DE

TRABALHO 1. Definição do Contrato de trabalho 2. Elementos essenciais do contrato de trabalho 3. Características qualificáveis do contrato de trabalho 4. Distinção do contrato de trabalho em relação a figuras afins . Métodos de distinção do trabalho subordinado em relação ao

trabalho autónomo CAPITULO V- O TRABALHADOR 1. Noção jurídica de trabalhador 2. A tutela da personalidade do trabalhador: Aspectos gerais a) O direito à integridade pessoal b) A liberdade de expressão e de opinião c) A liberdade de escolha da apresentação e vestuário d) A liberdade religiosa e) A liberdade de consciência f) O direito à imagem g) O direito a intimidade da vida privada 3. A categoria- Noção 4. Determinação da categoria OIT- Organização

Internacional do Trabalho

CAPITULO VI- O EMPREGADOR E DEVERES DO EMPREGADOR 1. Noção jurídica de empregador 2. A empresa enquanto empregador 3. As empresas ideológicas ou de tendência 4. O dever de prestação principal: a remuneração 5. Noção e característica da remuneração CAPITULO

VII- OS PODERES DO EMPREGADOR 1. Aspectos gerais 2. Poder de direcção 3. Poder regulamentar 4. Poder disciplinar 5. O exercício dos poderes do empregado por outros

trabalhadores 6. A empresa enquanto empregador 7. As empresas ideológicas ou de tendência

CAPITULO VIII- A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1. A autonomia privada e a liberdade de trabalho 2. Pressupostos de celebração do contrato de trabalho 3. Capacidade das partes 4. O contrato promessa de trabalho 5. Casos especiais em que se exige a forma escrita 6. A

invalidade do contrato de trabalho CAPITULO IX- OS DEVERES DO TRABALHADOR 1. A prestação do trabalhador 2. Conteúdo da prestação do trabalhador 3. Definição das funções exercidas pelo trabalhador 4. Os deveres acessórios do trabalhador I. Deveres acessórios integrantes da prestação principal II. Deveres acessórios autónomos da prestação principal 7.

Pressupostos de celebração do contrato de trabalho 8. Capacidade das partes 9. O contrato promessa de trabalho 10. Casos especiais em que se exige a forma escrita 11. A invalidade do contrato de trabalho

CAPITULO X- O LOCAL DE TRABALHO 1. Generalidades 2. Determinação do local da trabalho 3. Modificação do local de trabalho 4. Transferência definitiva do local de trabalho 5. O Teletrabalho CAPITULO XI- O TEMPO DE TRABALHO 1. Generalidades 2. Tempo de trabalho e etempo de descanso 3. Tempo normal de trabalh e period de funcionamento 4. Horário de trabalho 5. Tempos máximos de trabalho 6. Outros tipos de horários de trabalho 7. Isenção legal de horário de trabalho 8. Isenção de horario de trabalho mediante a autorização da Inspeção Geral do Trabalho 9. Direito ao repouso I. Aspectos gerais II. O direito ao repouso III. Os períodos de descanso diário IV. O período de descanso semanal 10. As férias 11. As faltas: 12. As Licenças 13. Obs: Ter atenção em incluir abordagem da temática no sector Público

PARTE III-DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

CAPITULO XII- NOTAS INTRODUTÓRIAS

- 12.1. Origem e Evolução Histórica
- 12.2. Natureza Jurídica, Definição e Autonomia do Direito da Segurança Social
- 12.3. Relação entre o Direito da Segurança Social e Outros Ramos do Direito
- 12.4. Fontes do Direito da Segurança Social
- 12.5. Níveis da Protecção Social
- 12.5. Princípios Gerais do Direito da Segurança Social
- 12.6. Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem
- 12.7. Dos Direitos do Trabalhador por conta de outrem vinculado do sistema de protecção social obrigatório

BIBLIOGRAFIA

- MARQUES, António Vicente; Direito do Trabalho e da Segurança Social. Luanda. Polis Editores, Lda, 2013.
- LEITÃO, L. M. T. M. Direito do Trabalho Angóla. (2ª Edição) Coimbra: Editora Almeida, 2012.
- Lobo Xavier, B. G; Manual de Direito do Trabalho – (2ª edição) Lisboa: Verbo, 2013.
- Fernandes, A. L. M. Direito do Trabalho. Coimbra: Almedina. 2012.
- Teófolo Zangui Caxeiro, Lei Geral do Trabalho tudo o que precisa saber, Plural Editores, 2015, Luanda- Angola.
- Tobias Cunha, Direito do Trabalho de Angola, Editora Shalon, Benguela, 2022
- Kolembi, João Cristiano, O Teletrabalho no Ordenamento Jurídico Angolano, Editora Shalon, Benguela, 2023
- Código Civil Angolano
- Código de Processo Civil Angolano
- Código de Processo Penal
- Código de Processo Penal Angolano
- Lei Geraldo Trabalho
- Constituição da República de Angola

► DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

PROGRAMA ANTIGO

- I – Introdução
- II – Constituição das Obrigações
- III- Modificação das Obrigações
- IV – Transmissão das obrigações
- V – Extinção das Obrigações
- VI – Não cumprimento das obrigações
- VII – Garantias das obrigações

PROGRAMA ACTUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE-I- INTRODUÇÃO

- 1.1 Objecto do Direito da Obrigações
- 1.2 O direito das obrigações no código civil
- 1.3 A importância do estudo do direito das obrigações
- 1.4 Os princípios estruturantes do direito das obrigações
 - 1.4.1 Princípio da autonomia privada
 - 1.4.1.1 Liberdade contratual e respectivos conteúdos
 - 1.4.1.2 Restrições ao princípio da Liberdade contratual
 - 1.4.1.3 Cláusulas contratuais gerais como restrição de facto
 - 1.4.2 Princípio da Boa fé
 - 1.4.2.1 Culpa in contrahendo e boa fé na formação dos contratos
 - 1.4.3 Princípio da responsabilidade patrimonial
- 1.5 Conceito da Obrigação
 - 1.5.1 Dever Jurídico
 - 1.5.2 Estado de sujeição
 - 1.5.3 Ônus Jurídico
- 1.6 Tipo de Obrigações
 - 1.1.1. Obrigações simples e complexas
 - 1.1.2. Obrigações autónomas e heterónimas
 - 1.1.3. Obrigação em sentido técnico
- 1.7 Estrutura da Obrigação
 - 1.7.1 Sujeitos
 - 1.7.2 Objecto da Obrigação: a prestação devida
 - 1.7.2.1 Prestação de facto e prestação da coisa
 - 1.7.2.2 Prestações fungíveis e infungíveis
 - 1.7.2.3 Prestações instantâneas e Prestação duradoura

1.7.3 Facto Juridico

1.7.4 Garanttia da Obrigação

1.8 Distinção entre direitos de crédito e direitos reais

UNIDADE-II-FONTES DAS OBRIGAÇÕES.

2. 1. As Teorias de Sistematização das Fontes

2.2. As Fontes das Obrigações no Direito angolano

2.2.1 Os Contratos

2.2.1.1 Relações Contratuais de Facto.

2.2.1.2 Modalidades dos contratos

a) Contratos Formais e não Formais

b) Contratos nominados ou inominados e típicos ou atípicos.

c) Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos.

d) Contratos onerosos e gratuitos.

e) Contratos Mistos

f) Contratos com eficácia real

2.2.2 Contrato-Promessa.

2.2.2.1 Regime Jurídico do Contrato-Promessa.

2.2.2.2 Forma de Contrato-Promessa.

2.2.2.3 Normas não aplicáveis ao Contrato Promessa.

2.2.2.4 Espécie de Contrato Promessa

2.2.2.5 Eficácia Real da Promessa.

2.2.2.6 Transmissão dos Direitos e Obrigações das Partes.

2.2.2.7 Sinal

2.2.2.8 Efeitos do não Cumprimento da Promessa Sinalizada.

2.2.3 Pacto de Preferência.

2.2.3.1 Forma.

2.2.3.2 Exercício do Direito de Preferência.

2.2.3.3 Transmissão do Direito e da Obrigação de Preferência.

2.2.3.4 Eficácia Real e Violação da Preferência.

2.2.3.5 Natureza Jurídica do Pacto de Preferência.

2.2.4 Contrato a favor de terceiro

2.2.4.1 As relações integradas no contrato a favor de terceiro

2.2.4.2 As relações integradas no contrato a favor de terceiro

2.2.4.3 Contrato para pessoa nomear

2.2.4.4 Natureza, Regime jurídico e delimitação